



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

JK

ATA N.º 23/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, nas instalações do Vitório Clube Quintinhas, sitas na rua Eugénio Salvador, nº 46, na Charneca de Caparica, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 – Debate sobre “Transportes, Mobilidade e Acessibilidades no Concelho”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU) e Inês Pizarat Bom (BE) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); António José Olaio da Silva (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça, solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso Augusto (PS), O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, Luís Filipe Palma, solicitou a sua substituição pela eleita Anabela Matos Tavares;

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Luís Bucho, sendo substituído por Tiago David Galveia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes José Baptista Evaristo, Luís Silva, João Rocha, Filomena Silva, Miguel Duarte e João Carvalho.

5.1.1 – O Senhor Múncipe José Baptista Evaristo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais um bom Natal e um Ano Novo muito prospero.

Eu chamo-me José Evaristo e sou o Presidente da Universidade Sénior D. Sancho I de Almada.

Acompanhei as duas últimas Sessões nas Freguesias, quando se fez uma primeira avaliação dos transportes e partir daí continuei a acompanhar. As nossas várias centenas de alunos, muitos, utilizam os transportes não só dentro da Freguesia de Almada, mas também vindos de fora do Concelho e nomeadamente aqui da Costa da Caparica e da Charneca de Caparica.

Tenho ouvido algumas queixas e eu próprio fui fazer o reconhecimento, andei nos vários transportes para ver o que é que se passa. E então conclui o seguinte: haverá alguns problemas que estão identificados, mas alguns transportes, os alunos queixam-se que chegam atrasados, mas não chegam atrasados, chegam adiantados. É verdade, nós temos aqui um problema de relógios, se formos ver os relógios das estações do Metro, estão todos certos, sempre ao meio dia ou à meia noite, não há horas certas naqueles relógios.

Da parte dos autocarros também é muito raro aquele que anda com o relógio certo. Uma vez porque não atualizaram devido à mudança da hora, mas não só, ainda hoje de manhã fui levar um documento, eram oito e tal da manhã e apontava lá treze horas e tal. Portanto, isto penso que poderá trazer alguma dificuldade acrescida ao motorista. Porquê? O autocarro parte da estação de início e depois nas diversas paragens há um horário não direi de referência, mas provavelmente de passar ali naquele momento. Nalguns casos o motorista vai acelerando e quando chega a altura de parar na paragem não para, não para e muitas vezes o passageiro chega lá um ou dois minutos antes e já não encontra o autocarro. E depois queixa-se e tem que estar à espera uma hora. Há casos e eu comprovei isso, em que há autocarros passam antes da hora nas estações intermédias.

E, portanto, era só isto, achei que devia trazer aqui este contributo, porque se calhar há que alertar alguém para isso. A questão dos relógios, naturalmente não sei se depois o sistema de validação do bilhete ou do passe tem relógio ou não, mas a maior parte deles não estão a funcionar, estão avariados, não há problema, o problema que vejo aqui é autocarros a passarem antes da hora.”

5.1.2 – O Senhor Múncipe Luís Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chamo-me Luis Silva, desloco-me maioritariamente a pé e de bicicleta, e enviei no dia 15 deste mês um email para a Assembleia Municipal e para o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal e para os Departamentos relevantes.

Gostaria de referir só como exemplo, maus exemplos do que tem sido feito em Almada, como a ciclovia do Lazarim que para nós ciclistas não é mais do que um passeio pintado de vermelho, porque não é viável na prática usar aquela ciclovia, porque tem obstáculos, é um passeio estreito e há uma complicação com os peões. Também há bons exemplos, recentemente verifiquei que há lombas para redução de velocidade de circulação automóvel na rua Cidade de Ostrava.

Gostaria de referir também o relatório de julho de 2022, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, considero muito relevante que 63,8% dos acidentes tenham ocorrido em arruamentos, isto só de janeiro a julho deste ano, isto a nível nacional, porque infelizmente não há estatísticas pelo menos que eu conheça a nível municipal. É muito importante também que, do total de acidentes 7% das vítimas conduziam velocípedes. Considero este número muito relevante e registaram-se 11 (onze) vítimas mortais entre ciclistas e 92 (noventa e dois) feridos graves ciclistas.



71

Gostaria de salientar a minha preocupação relativamente ao novo desenho do eixo central, hoje não está bem, hoje em dia o que existe nomeadamente na Avenida Afonso Henriques, eu próprio me confrontei este ano com um automobilista que seguia atrás de mim porque não há espaço para ultrapassar o ciclista, apitando, apitando, encostado a mim, até que eu consegui desviar-me num sitio onde podia desviar-me, parei e ele passou a uma grande velocidade completamente fora dos limites como se estivesse numa estrada nacional e não na localidade.

Tenho receio relativamente ao novo desenho do eixo central, que eu assisti à apresentação do plano sobre todo o eixo central e na altura eram consideradas duas faixas de circulação, portanto, tenho ainda mais receio que aquilo seja encarado pelos ciclistas como uma espécie de autoestrada. E por isso, salientei as lombas na rua Cidade de Ostrava, porque nós consideramos que é necessária uma redução física do limite de velocidade, não basta marcar o limite, ter legislação a limitar, é preciso haja limitação física.

Também me preocupa como peão porque também o sou. O desenho da futura Avenida do Cristo Rei tal como foi apresentado ainda durante o anterior executivo, com uma via partilhada de peões e ciclistas, encostada aos prédios. Imagino um ciclista a descer a Avenida do Cristo Rei e abalroar um peão. Isto são só exemplos das preocupações e mais detalhadamente está no email que enviei no dia 15 de novembro.”

5.1.3 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Após 4 décadas, os Sobredenses viram um dos seus sonhos realizados, estando estes relacionados com as obras de reconversão em toda a Sobreda Velha, costuma-se dizer “quem espera sempre alcança” os seus objetivos, sendo esta situação a prova de que o atual executivo, liderado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal - Inês de Medeiros, continua a fazer obras nesta União de Freguesias e, demais serão enunciadas muito brevemente. Todavia, a era dos filhos bastardos para os Sobredenses e Charnequenses, terminou em 2017, presentemente, somos considerados Municípes de pleno direito idêntico a qualquer outro, pelo atual executivo. Na qualidade de Município, constato que todos os espaços verdes com cerca de 1 hectare de terreno e campo de Futebol de Salão, contíguo ao Pavilhão Gimnodesportivo, na Quinta do Bau-Bau - Sobreda, continuam interditados aos jovens que, pretendem utilizar este espaço publico, provavelmente, esta situação acontece por ideias, retrocessas, de alguns dos seus responsáveis desta instituição, sendo este construído com o apoio de do erário publico — vulgo Câmara Municipal de Almada e Junta de Freguesia da Sobreda, pelos outros executivos cessantes, devendo este espaço estar diariamente aberto, para os jovens praticarem desporto, sem qualquer tipo de objeções para com os mesmos, porque situações desta natureza, podem reencaminhar jovens para caminhos que nenhum de nós queremos, na qualidade de pais.

Em relação as Augis, trata-se de uma questão, definida em legislação especial que, no passado recente sempre passou ao lado de todos os executivos cessantes, presentemente, está a ser desenvolvido um trabalho muito minucioso por este Município, tendo já obtido resultados bastantes frutuozos, para a reconversão dos processos das Augis, os quais estiveram estagnados, durante várias décadas. Na qualidade de responsável da Augi - Quinta da Adegá há 30 anos, apraz-me elogiar as Senhoras-Arquitetas Sofia Libereiro e Vanda Hubbe, pelo seu empenho, dedicação e profissionalismo demonstrado, por esta causa publica — vulgo augis, sediadas na área jurisdição deste Município.

Ultimamente, o signatário foi abordado por alguns Municípes, pelo facto de ter pertencido ao Sistema da Autoridade Marítima Nacional (Policia Marítima), em relação a falta de areia nas praias de Santo António, sita na Costa da Caparica, tendo informado esses municípes que, se trata de um fenómeno da natureza, não podendo este Município, na pessoa da Senhora Presidente - Inês de Medeiros, e Junta de Freguesia da Costa de Caparica, nomeadamente o Senho Presidente — Jose Ricardo, realizarem qualquer intervenção naquele local, sem autorização prévia, do Ministério do Ambiente, porque se trata de urna matéria que, depende diretamente da alçada desta entidade, passo então a citar o seguinte: em meados dos anos 40, devido a retirada de grandes quantidades de areia de um banco de areia de grandes dimensões que atuava como quebra-mar natural que, permitia a travessia a pé, entre a Trafaria e o Forte de São Lourenço do Bugio, sendo essa areia parcialmente deslocada para aterros da margem direita do Tejo, sito entre Belém Algés.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Todavia, enquanto não for repostado pelo mar, aquela muralha de areia, esta situação poderá manter-se por séculos; “acontece que as areias depositadas anualmente nas praias da Costa de Caparica, vão avançando com a força da corrente para o quadrante norte e entram no Tejo pela Zona da Golada. Posteriormente, vão formando pequenos bancos de areia submersos que, se deslocam para montante do Tejo, originando assim, a necessidade de por vezes se proceder ao desassoreamento de várias zonas do Rio Tejo, para que este se mantenha navegável, para embarcações da Marinha de Recreio, Pesca, Comércio e Estado, respetivamente”. Acrescento também que, este último parágrafo, está relacionado com os trabalhos científicos publicados pelo Senhor Almirante Francisco Vidal Abreu, EX-CEMA/AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL, com a especialização em hidrografia, sobre Marés, Zonas Costeiras - O Mar e a sua importância, Porto de Lisboa, Terceira Travessia sobre o Tejo e Golada do Tejo.”

5.1.4 – A Senhora Múncipe Filomena Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção hoje basicamente tem a ver só com dois pontos. Um tem a ver com uma eventual mudança de comportamentos e o outro com acessibilidades e portagens.

A primeira questão e gostaria de perguntar, se o Município de Almada, vê como estratégia a implementação de uma política de mobilidade sustentável e comprometida com as gerações novas, promovendo a utilização do transporte público, para tal criando um programa de gratuidade dos transportes para todos os residentes, trabalhadores ou estudantes, que sejam do Concelho e que à semelhança do que já existe há dois anos pelo menos, por exemplo, o Município aqui bem próximo de nós que é o de Cascais, que como todos sabem tem um rendimento per capita muito superior ao de Almada e, portanto, já tem os transportes gratuitos. Isto é uma questão que gostaria de ver respondida hoje.

A outra questão tem a ver com uma petição que foi feita e que eu pedi que fosse entregue a cada partido uma cópia, que ainda está na Internet apesar de já ter 12 (doze) anos de vida ou de morte. Isto porque em 2010, foi feita uma petição por dois cidadãos da Charneca de Caparica (um deles já não está entre nós), e que com a presença de uma pessoa que está aqui, que é o Fernando Jorge na altura era o Presidente da Charneca de Caparica, conseguimos não as 1520 (mil quinhentas e vinte) assinaturas que estão no papel da petição, mas em papel porque andamos a fazer isto pessoa a pessoa, conseguimos as quatro mil e tal e conseguimos então ir à Comissão de Economia e Transportes da Assembleia da República, isso está tudo no site da Assembleia da República. Portanto, houve uma série de diligências, trabalhos, que envolveram a Câmara Municipal, na altura acho que era as Estradas de Portugal, todo esse trabalho foi feito, estudos do que é que acontecia se o Portal fosse ali tapado, isto tem a ver com, há uma parte da Charneca que paga portagem, se for pela A33, esta petição fala aqui no IC32, está desatualizada, mas o desafio que venho aqui fazer, era até que ponto é que estão decididos a ajudar a atualizar esta petição, reaviva-la e voltarmos a ir à Assembleia a uma Comissão para que efetivamente e terminantemente acabem com aquela portagem que eu diria que é perfeitamente ilegal e porquê? Porque como diz aqui na petição, o que é que acontece, diz aqui: “verifica-se que a construção da Autoestrada IC32, que agora é a A33, desenvolve sobre o troço construído na mencionada L3 a qual uma vez construída as expensas da Câmara Municipal de Almada, foi paga com as contribuições e impostos dos municípios entre os quais se incluem os residentes na Charneca de Caparica. A manter-se a intenção de isentar portagens em apenas alguns troços que como sabem há troços até Coima que estão isentos e a Charneca continua a pagar portagem, os residentes da Charneca de Caparica vão ser sujeitos a pagar portagem num troço de estrada que já existe e que foi paga com os seus próprios impostos.

Portanto, esta situação já foi levantada há 12 (doze) anos e não foi resolvida, acabou por ser a Comissão na altura que nos recebeu, na altura foram só dois partidos, a Mariana do Bloco de Esquerda e o CDS, que por acaso era de Setúbal e até concordou perfeitamente, acho que isto era mais do que óbvio, mas surpresa das surpresas, passado determinado tempo recebemos a carta a dizer que tinha sido arquivado. E, portanto, o assunto, entretanto, morreu, mas penso que temos que o reavivar. É esse o desafio que venho aqui fazer hoje.”



1/1

5.1.5 – O Senhor Município Miguel Duarte:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, permita-me apenas antes de fazer a intervenção que vou fazer, que faça aqui uma ligeira intervenção relativamente a um Senhor Município que veio aqui falar das bicicletas para criticar, penso que se estava a referir à Avenida das Forças Armadas, que liga o Lazarim a Vale Figueira, que foi uma obra excelente que a Câmara Municipal fez, por ventura, das melhores obras que a Câmara Municipal fez neste Concelho, porque quem vive ali há 30 (trinta) anos e conhece e passa ali quase todos os dias, que eu moro na Morgadinha, ali bem perto, e que conhece efetivamente aquilo, mais do que as bicicletas, as pessoas que é aquilo como dizia António Guterres, as pessoas estão sempre primeiro e isto é que conta, a pessoa que saia da sua casa e estava sujeita a levar com um automóvel em cima, hoje sai da sua casa para um passeio. A qualidade daquele espaço para as pessoas é uma maravilha, é admirável. Parabéns Senhora Presidente.

Vou ler nesta Assembleia Municipal um documento que foi aprovado na Assembleia de Freguesia, realizada no dia 30 de setembro e que considerarei importante ser do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais.

E passo a ler: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e restantes executivos, Senhores Eleitos, Minhas Senhoras e meus Senhores presentes nesta sala, a Estrada Nacional 377, a mítica, e as suas memórias constantes do documento anexo da autoria do nosso colega Senhor Vitor Reis, conhecida outrora por Vila do Monte, com início no Porto Brandão, caminhando para Sul sendo o seu objetivo ligar Almada a Sesimbra objetivo que nunca se realizou.

Sem desvalorizar a história muito pelo contrário, dado o conhecimento cultural que muito nos enriquece, debrucemo-nos então sobre a atual EN377 via estruturante que atravessa longitudinalmente outrora Aldeia e hoje Vila da Charneca de Caparica, que ao longo do seu percurso foram atribuídos vários topónimos, mas que como todos sabemos começa no Lazarim e termina na Fonte da Telha, com um percurso que ronda os 11 Km. Foi durante muitos anos a única via utilizada para chegar à Charneca de Caparica e a parte dela percorrer outros caminhos para os diferentes locais da Freguesia que exemplos Vale Cavala, Quinta Nova, etc. Falemos então desta estrada que foi real, posteriormente distrital e mais tarde nacional, para lhe dizer que apesar das diferentes designações que teve, foi sempre um espaço de circulação abandonado no que concerne à sua função mista circulação de viaturas e pessoas. Se assim foi antes do 25 de Abril de 1974, assim continuou depois de vários mandatos do Partido Comunista, que todos eles ignoraram por completo esta situação por ventura própria do século XIX, mas completamente inaceitável no século XXI, porque a Charneca terra de terrenos áridos e pedregosos como tal desprezível, foi sempre o parente pobre dos executivos comunistas que neste Concelho, apesar de o seu território ter contribuído com milhões de euros de receita para os cofres do Município, a partir dos anos 90 com o aumento significativo da construção civil. Mas, como tudo tem um princípio e um fim, foi graças à mobilização de todos os Charnequenses naturais e por adoção, que a gestão municipal mudou de rumo, traduzindo-se este feito histórico numa visão solidária, do território concelhio, onde sendo iguais os deveres são igualmente os direitos.

Foi assim, que graças à gestão municipal, presidida pelo Partido Socialista, a EN377, entrou na agenda do melhoramento das vias concelhias, efetuando-se uma remodelação total da via em causa com a construção de passeios para as pessoas, que assim passaram a circular na mesma em total segurança o que anteriormente não acontecia.

Posto isto, a Assembleia da União de Freguesias da Charneca e Sobreda, reunida no dia 30 de setembro de 2022, decide: Alínea a) congratular-se com a Câmara Municipal de Almada, de dignificar estruturalmente esta artéria da Freguesia, melhorando a circulação de viaturas e de pessoas. B) solicitar Câmara Municipal que sejam feitos os arranjos finais da rotunda e que nos passeios sejam colocados árvores e meios para impedir o estacionamento de viaturas. Pelo Partido Socialista, Miguel Duarte”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1.6 – O Senhor Município João Carvalho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero primeiro que tudo deixar aqui uma nota um pouco irónica, hoje tive que vir de carro, tentei apanhar o autocarro, mas ele não passou, realmente mostra os serviços da Carris Metropolitana no nosso Concelho.

Queria falar das alterações climáticas, porque é a maior emergência dos nossos tempos, e a maneira como nós temos que pensar o nosso planeta e a nossa ação sobre ela.

Não há planeta se não há economia, não há a nossa família, não há nada se não houver justiça climática, e sobre isso quero deixar duas reflexões.

Por um lado, a nossa ação pelo meio ambiente deve ter em consideração a questão do trabalho, ao longo dos últimos meses temos assistido a diversas greves dos trabalhadores do Metro Sul do Tejo, da Transtejo, sobre reivindicações relativamente às condições de segurança no trabalho, manutenção dos equipamentos, das infraestruturas, aumentos salariais, valorização das carreiras, enfim, todas as questões que nós conhecemos.

Quero deixar aqui um apelo à Câmara Municipal de Almada, enquanto entidade pública deve de facto acompanhar ou pelo menos ouvir os trabalhadores, entender o seu papel fundamental, primeiro no serviço do direito público à mobilidade e também no seu papel fundamental naquilo que é uma justiça climática cada vez mais do conceito dos ativistas climáticos sobre o emprego pelo clima é uma realização importantíssima sobre esta questão em seguimento da descarbonização.

Por outro lado, queria trazer aqui a necessidade de nós respeitarmos o nosso espaço público, acho que cada vez mais temos esta noção de que Almada está um pouco rendida ao alcatrão, às rotundas, aos carros, e nós as pessoas, os peões somos um incómodo quase ao paradigma da nossa cidade.

Com isto quero, no entanto, dar aqui uma boa nota relativamente à requalificação de Cacilhas, efetivamente espero que isso se conclua o mais brevemente possível, mas acho que é uma boa nota sobre e quero deixar aqui um reforço sobre este apelo.

Dar aqui um exemplo muito concreto, em Barcelona em 2016 foi instalado um quarteirão basicamente limitou todo um quarteirão da Cidade de Barcelona onde se inverteu a prioridade da cidade. Primeiro, os pões, depois as bicicletas, os transportes coletivos e só por fim os carros, para residentes e para o comércio local. Acho que é para ter uma noção especialmente em Almada, que enquanto cidade secundária é um exemplo perfeito deste tipo de políticas. A verdade é que este bairro teve um crescimento de 92% dos espaços verdes, teve um crescimento de 30% da afluência de lojas, de clientes, basta olhar para a nossa Cândido dos Reis que deve ser dos poucos exemplos em Almada que efetivamente não está completamente ao abandono, onde efetivamente é vista alguma dinâmica cultural, social e económica. Às vezes até falamos da rua Augusta que inicialmente os comerciantes tinham muito receio do que ia acontecer, e hoje aquela rua já não chega para a quantidade de pessoas que ali passa. É preciso mesmo coragem política para devolver o espaço público aos almadenses, para repensar a nossa ideia dos carros, a verdade é que eu tenho saudades de andar por Almada, não ter que olhar por cima do ombro para saber se há ou não um condutor mais acelerado, com menos bom senso, e efetivamente uma coragem política para redefinir o espaço público para todos e todas.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve quero agradecer naturalmente as palavras do Senhor Município João Rocha e ao mesmo tempo os alertas que nos deixa.

Agradecer também as palavras do Senhor Município Miguel Duarte, é sempre bom sentirmos o reconhecimento do trabalho que está a ser feito.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7k

Muitas das questões que foram aqui colocadas eu acho que o debate que se seguirá, vamos debate-las. Portanto, relativamente à questão da TML o Senhor José Batista Evaristo peço desculpa, mas eu acho que o debate a seguir responderá a algumas das questões levantadas. Portanto, eu não vou perder muito tempo agora, mas convido-o a ficar aqui para o debate.

Relativamente ao Senhor Município Luís Silva. Deixar aqui umas notas que eu acho que é importante esclarecer.

A via de que falou e que aliás o Senhor Município Miguel Duarte também falou, essa ciclovia nasce de uma candidatura que se chama percursos pedonais e cicláveis para as crianças e faz a ligação entre as escolas. Essa via já foi muito debatida, essa requalificação já foi muito debatida e já foi dito claramente, aquilo não é uma ciclovia. Agora, tem toda a razão que antigamente o nosso Regulamento, que é algo que nós já não estamos a praticar, definia uma via partilhada do passeio entre os peões e as bicicletas. E que era algo que de facto, e posso lhe esclarecer, que no projeto do Cristo Rei foi retirada essa convivência no mesmo passeio. Pelas razões que indicou e bem.

Relativamente ao eixo central, há algo que importa lembrar, o projeto não está finalizado ainda estamos a trabalhar no projeto e sim, o que nós pretendíamos era uma via para autocarros e bicicletas e outro para carros. Temos um problema de espaço que também não escondemos desde início, portanto, é essa a questão que queria deixar clara. Portanto, ainda estamos a trabalhar até porque a requalificação do eixo central neste momento está a ser estudada em simultâneo com o ambiente, no sentido até de baixar a temperatura daquela zona da cidade que é uma zona que está muito sujeita justamente a temperaturas altas. Portanto, nós estamos a cruzar aquilo que é um projeto de mobilidade com aquilo que é um projeto ambiental. E vamos ter sempre que envolver o próprio Metro porque como sabe é uma parte importante do eixo central.

Dar nota também, que partilho consigo a preocupação que trouxe. Hoje mesmo saiu um estudo com o número de acidentes com as trotinetes e é algo que é importante e que considero que o Governo deve olhar para a questão das trotinetes e que deve criar um regime de obrigatoriedade, seja de capacete, seja de novas regras, porque de facto, há um perigo cada vez maior, há cada vez mais utilizadores de trotinete, o que é uma boa coisa, mas pode criar de facto, aqui problemas ao nível da saúde.

Relativamente à Senhora Município Filomena Silva, a quem agradeço também, eu lembro-me que logo em 2018, eu cheguei a falar com o Ministro das Infraestruturas da então, relativamente à questão do Pórtico e da Portagem da A33. E há aqui uma questão e eu reconhecendo absolutamente aquela que eu penso que terá sido em 2010 a indignação e aquilo que fez com que os Municípios se mobilizassem, agora é verdade que infelizmente não depende da Câmara Municipal, na altura não tivemos nenhum tipo de abertura a esse nível, até porque há contratos associados como sabe, relativamente ainda à questão da A33, à concessão que foi feita, e neste momento consideramos que é importante ai sim, já que as pessoas ainda por cima estão a pagar a portagem, gostaríamos que essa A33 fosse de facto, concluída, permitindo sim, com uma nova travessia que eu acho que vamos falar, fechar o círculo e ser de facto, uma via alternativa às pessoas que passam pelo Centro de Almada.

Dar nota que relativamente à mobilidade sustentada, sim, de forma muito clara a Câmara Municipal está muito empenhada por isso todas as obras de requalificação que temos feito sempre que é possível temos colocado vias cicláveis protegidas ou a melhorar,

Relativamente aos transportes gratuitos, isso dá só por si um debate muito grande, não sei se ainda falaremos hoje ou não, mas eu volto a lembrar, o nosso contrato de transporte, o nosso lote 3, faz parte de um contrato em conjunto que foi assinado entre Almada, Seixal, Sesimbra com a TML, o concurso foi lançado. Contrariamente a Cascais e a Lisboa, que são possuidores, são detentores únicos dos seus sistemas de transporte, nós, este contrato contrata uma prestação de serviços via a Carris Metropolitana, para assegurar o serviço de transporte rodoviário. Portanto, eu percebo que as pessoas digam que Cascais fez e Lisboa fez. Só que Cascais e Lisboa têm uma autonomia que nós neste momento não temos. Eu não estou a dizer que no futuro não venhamos a ter, mas nem nós, nem todos os Municípios que estão agregados neste contrato grande em 4 lotes que foi lançado para o novo transporte rodoviário, têm neste momento autonomia para decidir de uma forma solitária, até poderíamos fazer muitas constas, mas esse contrato nem sequer está concluído. Portanto, vamos com calma, vamos primeiro assegurar que aquilo que nós contratualizamos é cumprido na sua íntegra e isto vai ser



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

certamente um dos grandes focos do debate de hoje e depois sim senhor, a ideia dos transportes gratuitos somos todos a favor. E por isso é que nos mobilizamos todos nós Municípios para baixar o passe de forma drástica. Eu relembro que a média das famílias de Almada, pagava cerca de 100.00€ (cem euros) para ter um passe quando não tinha que ter dois ou três por pessoa e que neste momento com um passe de quarenta euros podem ir de Mafra a Setúbal. Portanto, sim, todos nós concordamos com essa ideia, temos de ter meios e capacidade de o fazer e eu defendo que o devemos fazer solidariamente, como diz Cascais tem um per capita um pouco superior a nós, talvez esteja aí também uma das razões de como é importante para nós funcionarmos solidariamente.

E penso que respondi a tudo, e se não respondi eu penso que o debate permitirá também esclarecer outras questões.”

5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS quer agradecer aqui a presença mais uma vez destes munícipes que aqui vieram deixar as suas dúvidas, fazer as suas questões e fazer o seu papel de cidadania ativa que é isso que se pretende.

Eu dirijo-me diretamente ao Senhor Município Luís Silva que veio aqui falar do plano da sinistralidade. O plano da sinistralidade é exatamente esse, não existe plano de sinistralidade por parte da autarquia. Aliás, eu relembro que no mandato passado, o CDS-PP apresentou uma proposta nesta Assembleia Municipal, ao qual penso na altura que passou por unanimidade, que foi a criação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária através do Observatório para a Segurança Rodoviária, ao qual nessa altura a Senhora Presidente da Câmara Municipal que está hoje aqui sentada como estava na altura também, acho muito boa a ideia e na altura disse que com certeza era uma boa ideia e seria fundamental em toda aquela estrutura, criação da estrutura rodoviária, do desenvolvimento da cidade implementar este mesmo plano. Portanto, até hoje, Senhor Município pelos vistos está na gaveta a não ser que haja novidades que eu desconheça.

Aliás, este levantamento da sinistralidade podia ser muito bem feito através do Relatório do Conselho Municipal de Segurança, mas relatório esse que não conhecemos já há muito tempo. Aliás, como penso que também é sabido que o Conselho Municipal de Segurança o qual podia tratar também destas matérias, não reúne há bastante tempo, deixamos também aqui a questão, porquê?

Depois muito rapidamente, falou aqui também o ultimo Senhor Município relativamente a coragem politica, eu acho que não é coragem politica eu acho que é mesmo falta de vontade politica que é isso que se passa.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1 – Pelo Falecimento do Professor Adriano Moreira, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Adriano José Alves Moreira, nascido a 6 de setembro de 1922, em Grijó de Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros, licenciou-se no curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1944, destacando-se desde cedo dos seus pares, sendo também professor universitário e um destacado político Português.

Foi Membro da delegação Portuguesa na ONU entre 1957 e 1959, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina de 1960 a 1961, Ministro do Ultramar de 1961 a 1963, Presidente do CDS de 1986-1988 e 1991 a 1992, Deputado da Assembleia da República entre 1979 e 1991 pelo CDS-PP, Vice-presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995 e eleito para o Conselho de Estado em 18 de dezembro de 2015 cargo que ocupou até 2019.

O professor Adriano Moreira foi distinguido várias vezes com o título de Doutor Honoris Causa por diversas universidades nacionais e internacionais. Foi também Membro de distintas Academias sendo cofundador do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/2

Movimento da União das Comunidades de Língua Portuguesa e Sócio Honorário do Movimento Internacional Lusófono, entre muitos outros cargos e funções exercidas no decorrer da sua longa vida.

Foi ainda condecorado várias vezes, sendo a última delas, a Grã-Cruz da Ordem de Camões de Portugal em 5 de junho de 2022 sendo também condecorado internacionalmente, nomeadamente no Reino Unido como Cavaleiro-Grã-Cruz Honorário da Real Ordem Vitoriana de África da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em Espanha, como Excelentíssimo Senhor Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica de Espanha, no Brasil pela Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil e por Marrocos como Comendador da Ordem de Ouissam Alaoui de Marrocos.

A sua dedicação ao pensamento e às letras, deixa-nos um exemplar legado como escritor através de um conjunto de brilhantes obras em várias temáticas que versam da política ao direito, temas esses que sempre o apaixonaram.

O professor Adriano Moreira foi uma figura ímpar da política e sociedade portuguesa, pautando o seu percurso político e público por uma enorme verticalidade e defesa dos valores nos quais acreditava. A sua inteligência e cultura tornam-no num dos grandes vultos Portugueses, e sem dúvida, o seu nome ficará na história e nunca será esquecido.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária no dia 23 de novembro de 2022 na localidade da Charneca da Caparica, vem desta forma manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento do professor Adriano Moreira.”

6.2.2 – Pelas vítimas do Campeonato do Mundo de Futebol 2022 no Qatar, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);

6.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em dezembro de 2010, a FIFA atribuiu ao Qatar a organização do Campeonato do Mundo de Futebol de 2022, que decorre entre 21 de novembro e 18 de dezembro. Desde então têm surgido inúmeras questões levantadas em torno da decisão. Desde violações gritantes de direitos humanos, com a exploração de trabalhadores migrantes para a construção dos estádios, violações de direitos das mulheres e da comunidade LGBTI+, até ao corte de relações diplomáticas e questões de impacto ambiental.

A construção de todas as infraestruturas associadas ao Mundial está também envolta em polémica relacionada com as condições de trabalho de cerca 1,9 milhões de migrantes, provenientes da Índia, Nepal, Paquistão, Filipinas e Bangladesh. Em novembro de 2013, a Amnistia Internacional classificou de "exploração grave", a forma como eram tratados os trabalhadores.

Uma reportagem do jornal The Guardian, denunciou que havia registo de mortes súbitas, causadas por ataques cardíacos, quase diárias entre os trabalhadores nepaleses, que relataram espancamentos e casos em que lhes era negada água.

Mais de 6500 trabalhadores perderam a vida na construção dos estádios e das infraestruturas desde que o Campeonato do Mundo foi atribuído ao Qatar, de acordo com dados de organizações internacionais como a 'Human Rights Watch'.

Para além de tudo isto, o Qatar é um país onde a homossexualidade é punida com pena de prisão entre um e três anos, o sexo fora do casamento também é punido com flagelação, ou pena de morte.

No que diz respeito aos direitos das mulheres, a Amnistia Internacional explica que impera a “tutela masculina”, atribuída geralmente ao marido, pai, irmão, avô ou tio, precisando de autorização do tutor para tomar decisões relativamente à gestão da sua vida. As mulheres divorciadas estão impedidas de ficar com a guarda dos filhos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Finalmente, no campo ambiental, têm sido cometidos verdadeiros crimes no que diz respeito à construção do edificado e das infraestruturas, da utilização de recursos naturais, e de emissões carbónicas.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 23 de novembro delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada expressar o seu pesar por todas as vítimas do Mundial de futebol 2022 no Qatar, assim como condenar as violações de direitos humanos no Qatar, nomeadamente a exploração laboral, os direitos das mulheres e da comunidade LGBTI+.”

6.2.3 – Pelo Falecimento de Fernando Miguel Bernardes, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU);

6.2.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fernando Miguel Bernardes nasceu em Gândara dos Olivais, Leiria, em 14 de dezembro de 1929, e faleceu no passado dia 17 de novembro, aos 92 anos de idade.

Formou-se em 1970, como engenheiro geógrafo e licenciou-se mais tarde em Matemática. Fez um curso de pós-graduação em Cálculo Científico, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian (1971-1974), na Universidade Clássica de Lisboa.

Foi professor do ensino secundário e do ensino superior, técnico superior de Sistemas Informáticos (Lisnave), e Diretor do Departamento de Ação Sociocultural da Câmara Municipal de Almada.

Fernando Miguel Bernardes foi ao longo de toda a sua vida um lutador antifascista. Nessa condição, sofreu seis prisões políticas pelo regime fascista, foi julgado e condenado pelos Tribunais Plenários de Lisboa e do Porto, e cumpriu as sucessivas penas nas cadeias políticas em Coimbra, Porto, Caxias e Aljube (Lisboa).

Por duas vezes conseguiu fugir a outras tantas tentativas de detenção, e foi vítima de uma tentativa de assassinato, que o deixou gravemente ferido.

Manteve, em paralelo, intensa atividade cultural e científica, tendo participado em dezenas de antologias e em diversos discos de música de Manuel Freire, Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira.

Foi cofundador da Organização dos Trabalhadores Científicos, e sócio ativo de instituições científicas e culturais, destacando-se a Sociedade de Geografia de Lisboa, e da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

Como escritor, foi membro da direção da Associação Portuguesa de Escritores (APE) desde 1994, fez parte como editor-chefe da redação da revista “O Escritor”, propriedade daquela associação cultural.

Possui uma vasta e diversificada obra publicada, com destaque para a poesia e contos para a infância e juventude, distinguida com vários prémios literários – Menção Honrosa do Prémio Rosa Damasceno (1947), Santarém, no qual Soeiro Pereira Gomes obteve o 1º prémio; Distinção pelo Júri do Prémio Almeida Garrett de Poesia, 1957, Porto; Menção Honrosa do Júri dos Prémios Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças (Revelação), 1982.

Entre os seus livros deixa uma inequívoca marca de intervenção política, de denúncia do regime fascista em Portugal, em obras como “Escrito na Cela” (1982), “Uma Fortaleza da Resistência” (1991) e “Docas Secas” (1991).

A Assembleia da República distinguiu Fernando Miguel Bernardes, reconhecendo formalmente o seu “mérito excecional da contribuição dada à defesa da Liberdade e da Democracia”.

A Assembleia Municipal de Almada delibera expressar os votos das mais sentidas condolências e solidariedade pelo falecimento de Fernando Miguel Bernardes, a todos os seus familiares e muitos amigos, aos Homens e Mulheres da Cultura, à Associação Portuguesa de Escritores, instituições científicas de que foi membro, e à União dos Resistentes Antifascistas Portugueses de que foi dirigente, neste momento difícil em que deixou o nosso convívio diário um Homem Bom, defensor da Paz, da Liberdade e da Amizade entre todos os seres humanos.”



6.2.4 – Pelo Falecimento de António da Encarnação Medeiros, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Anabela de Matos Tavares (CDU).

6.2.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Anabela de Matos Tavares (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

António da Encarnação Medeiros nasceu em 1947, e faleceu no passado dia 13 de novembro, aos 75 anos de idade.

Operário Técnico Especialista em eletricidade e eletrónica na Empresa ENI – Eletricidade Naval e Industrial (Empresa do Grupo Lisnave, especialista em eletrónica e automação), onde desempenhou funções de Encarregado Geral. Na ENI-Lisnave destacou-se pela sua participação ativa na luta em defesa dos trabalhadores, e na consolidação e desenvolvimento das Conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974.

António Medeiros foi autarca eleito pela APU e CDU nos Concelhos de Almada e do Seixal.

Na Câmara Municipal de Almada foi eleito em quatro mandatos – 1979-1983, 1983-1986, 1986-1989 e 1989-1993 – não tendo terminado e sendo substituído, por razões de saúde, o último mandato.

Ao longo dos seus quatro mandatos, assumiu inicialmente responsabilidades de gestão no pelouro das Obras Municipais, transitando em 1985 para o cargo de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS).

Na Câmara Municipal de Almada foi sempre um eleito muito atento e apoiante do Movimento de Moradores, e incentivador da participação e ação das Comissões de Moradores que chegaram a ser 70 estruturas de moradores cuja ação foi determinante para a concretização do trabalho municipal na resposta aos anseios e as muitíssimas necessidades das populações que naquela altura se registavam.

Posteriormente, António Medeiros foi eleito, sempre pela CDU, Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Almada (mandato de 1993-1997), e membro da Assembleia de Freguesia da Amora (Seixal), no mandato seguinte.

António Medeiros foi ainda um Associativista empenhado e dedicado, trabalhando empenhadamente para o prestígio do Movimento Associativo Popular, quer de carácter recreativo, desportivo e cultural, quer de solidariedade social. Destaca-se a sua participação associativa ativa no Clube Desportivo e Recreativo do Fogueteiro e na Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Fogueteiro.

A Assembleia Municipal de Almada delibera expressar as mais sentidas condolências e solidariedade pelo falecimento de António da Encarnação Medeiros, a todos os seus familiares e muitos amigos, aos autarcas, atuais e antigos eleitos que com ele partilharam o trabalho nos órgãos em que foi eleito, ao Movimento Associativo Popular de Almada e Seixal, ao qual deu em vida um inestimável contributo, e ao Partido Comunista Português de que era militante e sempre representou na qualidade de eleito local.”

6.2.5 – Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) para anunciar que o Grupo Municipal da CDU apresentaria na Sessão Ordinária de Dezembro um Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Almeida.

6.2.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU não tem propriamente um voto de pesar, porque o falecimento do cidadão Carlos Alberto Almeida, aconteceu hoje mesmo e não houve condições para apresentar o voto de pesar formalmente e iremos fazê-lo no futuro. Mas não queríamos deixar de registar o falecimento deste cidadão aqui da Charneca de Caparica, que foi membro da Comissão Democrática Administrativa a seguir ao 25 de Abril, entre maio de 1974 e janeiro de 1977, foi um dos criadores do Gabinete de Apoio aos problemas locais do GAPROL e foi seu dirigente, foi eleito na Assembleia de Freguesia da Charneca como já referi, foi um associativista de mérito e foi durante vários anos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Presidente da Assembleia Geral dos Amigos do Atletismo da Charneca de Caparica entre muitas outras atividades que desenvolveu ao longo da sua vida.

A CDU regista aqui um profundo voto de pesar dirigido a toda a família e aos seus amigos e irá apresentar um voto de pesar formal na próxima Sessão da Assembleia Municipal.”

6.2.6 – No debate usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE).

6.2.6.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que nos associamos aos votos de pesar apresentados pela CDU, associamo-nos de igual modo e subscrevemos o voto de pesar apresentado pelo PAN, pelas vítimas do Campeonato do Mundo de Futebol de 2022 no Qatar.

Sobre o voto de pesar apresentado pelo CDS, pelo falecimento do Professor Adriano Moreira, deixar aqui algumas notas como justificação do nosso sentido de voto.

Não obstante o reconhecimento independentemente das razões que nos distanciam, não obstante o reconhecimento da importância do percurso cívico e académico do antigo líder do CDS, Adriano Moreira, do seu trajeto político enquanto Deputado, Vice-Presidente da Assembleia da República e membro do Conselho de Estado já depois do 25 de Abril, Adriano Moreira, foi também um dirigente político da ditadura de Salazar, com funções de relevo em defesa do regime.

Em 1956 foi-lhe atribuída a responsabilidade de defender a posição portuguesa na Assembleia geral da ONU, contra a descolonização.

Entre 1959 e 1963, foi Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e posteriormente Ministro do Ultramar.

Foi também o responsável enquanto Ministro, pela decisão de reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal em Cabo Verde e a abertura do Campo de Concentração de São Nicolau em Angola, tendo em vista o encarceramento dos opositores ao regime, dos combatentes pela independência das então colónias portuguesas.

Não podemos não devemos esquecer, o papel ativo de Adriano Moreira em 1962 enquanto Ministro na perseguição política ao Professor Vitorino Magalhães Godinho. O único Professor catedrático demitido no Estado Novo após um processo disciplinar que levou à sua demissão compulsiva, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas. Por ter apoiado movimento estudantil durante a crise académica de 1962 e por ter criticado a atuação de Adriano Moreira enquanto mentor deste Instituto.

Enquanto Democratas temos a responsabilidade de honrar a memória das vítimas da ocupação colonial e da ditadura fascista e de quem lhes resistiram.

Sem prejuízo do reconhecimento da relevância do percurso político democrático após o 25 de Abril e da carreira académica de Adriano Moreira, o Bloco de Esquerda não pode homenagear esse percurso sem reconhecer também a responsabilidade de Adriano Moreira nas opções do regime de Salazar no momento crítico da história colonial portuguesa, quando a ditadura se lançava numa guerra criminoso que haveria de durar 13 anos.

No nosso entender, o voto de pesar proposto não cumpre esse dever de memória, não pode por isso ser aprovado pela bancada do Bloco de Esquerda.”

6.2.6.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, se me permite há uma parte da minha intervenção que é a título institucional e deixar desde já muito claro o meu lamento e as sentidas condolências a todos os amigos, camaradas e familiares dos nossos municípios, dirigentes, o antigo Presidente dos SMAS, relativamente aos votos da CDU, faço-o também em nome



de todos e o agradecimento por aquilo que foi o empenho tanto de António Medeiros como de Fernando Miguel Bernardes.

A título mais pessoal se me permitem, gostaria de dar nota que relativamente à moção do PAN, que naturalmente não votamos e estamos na Assembleia Municipal, mas não podia deixar de dar aqui nota que, concordo que os direitos humanos, nunca se podem esquecer, que quando mal foi decidida esta atribuição ao Qatar, houve um pouco por todo o mundo muitas reações e eu lamento que não tivéssemos feito todos, coletivamente, mais protestos na altura da atribuição e que não é porque há um grande evento de futebol que, aliás, prática que muito aprecio ver, e portanto, amanhã lá estarei a torcer por Portugal, não tenho dúvidas, mas que naturalmente em nenhuma altura poderei esquecer os direitos humanos, os direitos dos trabalhadores e os direitos das mulheres e realmente não me parece que o Qatar seja um país do ponto de vista democrático e do estado social recomendável. E, portanto, normalmente não se vai fazer festas em casas das pessoas com quem não gostamos de nos dar.

E queria deixar isso muito claro e por isso faço em meu nome pessoal.

Também em meu nome pessoal não poderei deixar de dar aqui uma nota sobre o Professor Adriano Moreira.

Reconheço e entendo muito bem a intervenção do Bloco de Esquerda, mas não posso omitir também a pessoa que eu conheci e que me surpreendeu, confesso que eu sendo uma criança de Abril, inicialmente a minha imagem de Adriano Moreira como devem imaginar, não era propriamente a mais favorável.

Mas de facto, a pessoa que eu conheci era uma pessoa de uma extrema gentileza, de uma extrema generosidade, um Professor de grandes valores e às vezes suscitando até incompreensão em muitos daqueles que tiveram o prazer de cruzar-se com ele, dizer como é que foi possível também ser a mesma pessoa noutra altura.

Mas eu acho que Adriano Moreira também em todo o nosso país democrático até pela sua coerência nalgumas matérias, mas também o seu reconhecimento noutras do que era a ditadura, também nos ensinou enquanto portugueses a viver em democracia.

Por fim, naturalmente não podia deixar de deixar aqui uma palavra de apreço à sua família, aos seus filhos, e em particular à Deputada Isabel Moreira, minha amiga, camarada, e que educada por Adriano Moreira e certamente com os valores sempre no sítio certo, no momento certo e com a mesma convicção.

Portanto, queria deixar aqui também uma palavra de apreço, de amizade para com ela e naturalmente à família de Adriano Moreira.”

6.2.7 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação, tendo sido o Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Adriano Moreira, aprovado por maioria com 22 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes da Junta das Uniões de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 14 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 abstenções de eleitos do Grupo Municipal do PS.

6.2.8 – Os restantes Votos de Pesar foram aprovados por unanimidade.

6.2.9 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos, relativo aos “Transportes, Mobilidade e Acessibilidades no Concelho”.

7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldes (CDU), Karim Hassam Quintino (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Ivan Costa



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gonçalves (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Paula Maria Galvão (PSD); Pedro Miguel Pereira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS solicitou o agendamento desta Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, para que possamos debater aqui frontalmente uns com os outros, os municípios, os Deputados Municipais, a Câmara Municipal, tudo aquilo que tem a ver com os transportes, a acessibilidade e com a mobilidade no Concelho.

Devo realçar que regimentalmente esta Sessão Extraordinária só foi possível porque a proposta foi também subscrita pelo PAN, pelo CHEGA, pelo BE e também pela CDU e foi isso que levou tendo em conta o Regimento que esta Assembleia Municipal se possa ter concretizado, evidentemente com a participação da Câmara Municipal, da aceitação e da marcação do agendamento para hoje.

Muito rapidamente, eu não sei se a Senhora Múncipe está presente, mas eu queria aproveitar agora que tenho ainda algum tempo, para lhe dizer que, relativamente às questões que aqui foram colocadas, dos transportes gratuitos, em Almada também, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu aqui a sua justificação e com certeza e respeitamos, mas foi apenas uma opção de escolha. Escolheu-se fazer parte deste conjunto de Municípios e deste projeto chamado Carris Metropolitana, aliás, que não está a correr dentro daquilo que era previsto e foi apenas uma questão de escolha, nada mais. Podíamos ter pensado muito antes termos transportes gratuitos em Almada, mas optou-se por ser criada uma empresa intermunicipal, para criar então a Carris Metropolitana. Foi apenas uma escolha.

Falou-se aqui também do desenvolvimento, das condições se calhar financeiras e económicas que o Município de Cascais tem, mas eles se calhar investem na economia, investem no turismo e se calhar temos que começar também a investir mais aqui em Almada, para que possamos depois também ter mais financiamento para poder dar também melhor aos nossos municípios.

Em relação à petição do pórtico, é também uma proposta, aliás, eu saúdo aqui a múnice Filomena Silva, nós também conhecemos a petição e sabemos que essa petição foi entregue na Assembleia da República, reuniram também com o Grupo Parlamentar do CDS, é uma matéria que o CDS já falou inclusivamente na 6ª Comissão e quer voltar a colocar em discussão. Aliás, eu deixo aqui já a questão à Senhora Presidente da Câmara se está disponível para continuar a encetarmos esta luta ao lado dos almadenses, é preciso insistir, é preciso fazer voz grossa também no Governo e lutar ao lado dos almadenses que é isso que muitas das vezes falta. Sabemos que não faz parte das competências da Câmara Municipal, não é a Câmara Municipal que decide, mas temos que fazer voz grossa e isso é fundamental e faz muita falta aqui em Almada.

Muito rapidamente, ainda falando daquilo que são as taxas, podemos falar aqui também daquilo que se prepara em 2023, que é o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril. Eu não sei sinceramente, aquilo que ouvi falar do Senhor Primeiro Ministro, foi relativamente às autoestradas e estamos a pouco mais de um mês e meio do final do ano, a partir de dia 1 de janeiro de 2023 já temos uma nova realidade e já temos novos impostos e novas taxas, esta aqui se não foi salvaguardada vai ser mais uma taxa que vai encarecer não só os almadenses, mas todos aqueles que têm que passar pela Ponte. Aliás, eu relembro, que só nesta Ponte, nesta e na Ponte Vasco da Gama é que se paga, porque por todo o país não pagam e se calhar também não pagam porque se calhar também os municípios de lá e os Presidentes de Câmara fazem voz grossa que faz muita falta aqui no Sul e nomeadamente Almada e sabem perfeitamente que é isto que acontece. E aliás, aproveitando também esta questão do pórtico se calhar se fosse noutros sítios do país, se calhar a coisa teria sido feita de outra maneira.

Depois entrando aqui nas questões que têm a ver com a questão dos transportes públicos, o CDS traz aqui algumas questões para colocar à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Portanto, relativamente à questão do transporte ferroviário, a 6ª Comissão esteve reunida há sensivelmente um mês, na Fertagus. Aquilo que foi questionado inclusivamente pelo CDS, foi relativamente à proposta ou pelo



menos a intenção anunciada por parte do Governo, do Ministro das Infraestruturas, e do Senhor Primeiro Ministro, da extensão da Linha da Fertagus até ao Oriente. Ora, mais uma vez nós chegamos à Fertagus e a Fertagus diz que desconhece qualquer tipo de proposta, desconhece qualquer proposta oficial por parte do Governo e eu gostaria de saber Senhora Presidente da Câmara se confirma ou não visto que Almada é interessada nessa extensão, se confirma ou não, se tem informação por parte do Senhor Primeiro Ministro relativamente a esta possibilidade ou se não passa mais uma vez daquela propaganda que o Senhor Ministro já nos habituou.

Ainda relativamente a esta matéria, gostaria também o CDS de saber se a Senhora Presidente está na disponibilidade de encetar a luta com os almadenses relativamente à criação de uma nova estação de Vale Flores que também interessa muito e já tem sido reivindicado por parte dos almadenses, ao qual a Fertagus diz estar totalmente disponível para conversar, temos é que ouvir agora Governo porque aquilo que nos foi dito, falta o Governo tomar essa decisão se realmente houver vontade. E quem diz a estação de Vale Flores diz também do outro lado e estamos a falar do apeadeiro de Alcântara que também com certeza seria muito útil para quem se pretende deslocar no transporte ferroviário.

Depois temos ainda aqui uma questão que tem a ver com a extensão do Metro à Costa da Caparica. E todos nós nos lembramos que a Senhora Presidente fez campanha eleitoral com esta bandeira. Também lembramos Senhora Presidente que e não duvido das suas intenções, nem tenho que duvidar. Mas lembramos também que na altura o Senhor Primeiro Ministro e na altura também o Senhor Ministro do Ambiente Pedro Matos Fernandes também apresentou com toda a pompa e circunstância, mais uma vez em jeito de propaganda, a implementação e a extensão do Metro Sul do Tejo para a Costa da Caparica, que também nesta Freguesia faz muita falta. Se realmente também está disponível para encetar essa luta, aliás, até porque mais uma vez foram goradas todas as expectativas e, portanto, essa extensão não foi concretizada e, portanto, Senhora Presidente aquilo que eu pergunto é quem é que enganou quem?"

7.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU entende que os transportes públicos – todos os modos de transporte público –, constituem na atualidade uma área estratégica da vida humana, quer da vida organizada no interior das cidades, centros urbanos e áreas metropolitanas, quer da vida nas múltiplas ligações entre os diferentes polos e aglomerados populacionais, urbanos ou não, em todo o país.

Os sistemas de transporte público assumem hoje uma importância decisiva na promoção e defesa do direito das populações a uma mobilidade de qualidade, no funcionamento da economia, na proteção e preservação do ambiente e, reflexo direto de todas estas áreas, na qualidade de vida em geral de todos nós.

Esta visão da CDU, conferindo prioridade à necessidade de investimento e desenvolvimento dos diferentes sistemas de transporte público, no quadro da mobilidade inclusiva e de qualidade que se pretende garantir, não ignora que razões válidas de distinta natureza, continuam a justificar a necessidade de utilização de meios de transporte individuais por um apreciável número de cidadãos e cidadãs.

Antes de nos referirmos especificamente às questões relativas aos transportes públicos, registamos esta forte preocupação, acompanhada do mais veemente repúdio, pela anunciada intenção da empresa concessionária da travessia rodoviária da Ponte 25 de Abril, de aumentar brutalmente os preços das portagens já em Janeiro de 2023, dificultando ainda mais, e de forma que entendemos totalmente injustificada, a vida de milhares de utentes daquele acesso à capital do país, que por diferentes motivos e razões, não dispõem de outro meio de deslocação na sua atividade quotidiana.

Ainda na perspetiva da promoção de uma mobilidade inclusiva e de qualidade, a CDU defende a necessidade da construção da terceira travessia do Rio Tejo entre o Barreiro e Chelas, com oferta rodoferroviária (saudamos a inclusão deste projeto no Plano Ferroviário Nacional recentemente apresentado pelo Governo), bem como a construção de uma ponte entre o Seixal e o Barreiro, infraestruturas fundamentais para romper bloqueios que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

hoje se impõem à mobilidade de pessoas e bens, não apenas em Almada mas em toda a Península de Setúbal, e entre as margens sul e norte do rio Tejo.

Quanto aos transportes públicos, é hoje um dado objetivo – e consensual, por isso nos encontramos nesta Assembleia a discutir esta matéria –, que se registam ainda em Almada, e na Área Metropolitana onde Almada se insere, graves carências de oferta ao nível de todos os modos de transporte público.

Esta realidade, que tem de ser urgentemente alterada, exige uma intervenção do Estado e da Autarquia, em profunda articulação com as populações e com os trabalhadores do setor e suas organizações, capaz de garantir o aumento da oferta, e a melhoria da qualidade e fiabilidade dos serviços prestados.

Quanto aos transportes públicos rodoviários, que recentemente passaram a ser geridos por uma entidade e uma empresa públicas metropolitanas – a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) e a Carris Metropolitana (CM) –, embora a operação se encontre concessionada a empresas privadas – TST no caso de Almada –, importa registar que este processo, caracterizado por uma profunda alteração do conceito e do modelo de gestão nesta componente tão importante para as deslocações e mobilidade dos Almadenses, não correspondeu, e não corresponde ainda, às legítimas expectativas gerais de acentuada melhoria na quantidade, mas sobretudo na qualidade, do serviço público de transporte rodoviário oferecido no nosso Concelho.

Não correspondeu a essas expectativas, porque a empresa concessionária não cumpriu, e não cumpre, integralmente os requisitos do contrato de concessão que assinou na sequência do concurso público internacional desenvolvido para o efeito. Esse é um facto indesmentível.

Mas não correspondeu a essas legítimas expectativas – e lamentamos ter que o afirmar aqui –, também porque o desenho da nova rede, das novas circulações e dos novos horários, desenvolvido pela Câmara Municipal de Almada e remetido à Área Metropolitana de Lisboa no âmbito da construção do caderno de encargos que a concessão tem de cumprir, foi elaborado de forma totalmente desligada da realidade concreta vivida do concelho, sem a participação das populações e dos utentes, e sem a participação das Freguesias, resultando num desenho em muitos aspetos manifestamente insuficiente e desadequado às necessidades objetivas das populações.

Um parêntesis para lamentar que até ao momento, e não obstante diferentes solicitações formais dos eleitos pela CDU, quer nesta Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal, a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal incompreensivelmente ainda não se tenha dignado fornecer a cópia integral do documento contendo o desenho da rede, elaborado pela empresa de consultadoria contratada para o efeito, e que foi remetido à Área Metropolitana de Lisboa no âmbito deste processo.

Fechando o parêntesis, é um facto que desde julho do corrente ano, quando se iniciou a operação, até ao presente momento, se registam algumas melhorias na prestação do serviço público por parte da empresa concessionária.

A persistência das populações e utentes dos serviços na exigência da melhoria da oferta, bem como as múltiplas intervenções da CDU e de outros grupos municipais nesta mesma Assembleia Municipal, foram determinantes para a introdução dessas melhorias.

Fruto daquela luta dos utentes e das populações, e num claro reconhecimento do erro cometido, acabaram por ser repostas as antigas linhas 103, 113, 123 e 133. O que não conseguimos compreender, é por que razão essas linhas, sendo tão necessárias como se comprova pela sua reposição, foram suprimidas em 1 de julho do corrente ano: foram suprimidas por vontade e iniciativa do operador privado? Foram suprimidas, no próprio caderno de encargos do concurso internacional, por decisão da TML? Ou foram suprimidas, sejam quais forem as razões para tal decisão, no desenho inicial remetido à Área Metropolitana de Lisboa pela Câmara Municipal de Almada? São interrogações para as quais os Almadenses certamente gostariam de obter uma resposta objetiva.

Saudamos, naturalmente, estas melhorias e a capacidade de correção dos erros que elas revelam, mas sublinhamos, no entanto, que elas não asseguram ainda a conformidade total com o caderno de encargos a que



a empresa se encontra vinculada, e menos ainda com as necessidades objetivas das populações e utentes do serviço público.

Permanecem problemas relacionados com a localização incorreta de muitas paragens dos autocarros, permanece a ausência de informação sobre horários e circuitos de muitas das linhas nas mesmas paragens, permanece ainda, e também nas paragens, a ausência de mobiliário urbano de abrigo para os utentes. Como permanecem, em alguns casos, percursos desadequados das necessidades concretas dos utentes e das populações.

São insuficiências de um serviço público que deveriam estar há longo tempo ultrapassadas, mas que permanecem no terreno, com prejuízo claro para a qualidade do serviço prestado aos Almadenses.

Mas a verdade é que uma resposta integral, de qualidade e plenamente adequada às reais necessidades das populações e dos utentes dos transportes públicos rodoviários, é muito dificilmente compatível com o modelo de gestão adotado, assente numa parceria público-privada. Uma solução que comprovadamente não assegura uma efetiva resposta às necessidades das populações, nem nos transportes públicos nem noutras áreas de atividade

Para a CDU, a questão de fundo coloca-se na necessidade de constituição de um operador público de transportes rodoviários a nível nacional – o PCP apresentou essa proposta na Assembleia da República no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2023 –, pelo qual o Governo da República assumia responsabilidades de gestão plenas, assegurando uma resposta às necessidades objetivas de transporte dos cidadãos numa ótica verdadeiramente de serviço público, a exemplo, porque não sublinhar, daquilo que com êxito acontecia no passado, quando a Rodoviária Nacional operava este serviço.

Esta questão prende-se, igualmente, com o problema tão falado da falta de motoristas, uma das razões alegadas para as falhas ao nível da prestação do serviço pela empresa concessionária.

Não há falta de motoristas. Eles existem. O problema – e é sempre este o problema – são os salários que a empresa privada quer pagar pelo serviço que os motoristas prestam.

Este é um problema que resulta, também e diretamente, do modelo de gestão escolhido para a operação: um modelo económico que coloca o serviço a prestar aos cidadãos na dependência dos privados; privados que procuram pagar salários muito abaixo daquilo que seria justo e aceitável; uma postura que resulta na recusa dos trabalhadores em aceitar os contratos que lhes são propostos. No fim, o resultado não podia ser outro senão a alegada “falta” de motoristas...

É esta a equação que é preciso resolver; e é esta, também, uma razão mais que confirma a urgência da criação de um operador público de transportes rodoviários no nosso país.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Se é verdade que existem dificuldades na gestão do sistema de transporte público rodoviário, não é menos verdade que dificuldades existem, igualmente, no que respeita à gestão da generalidade dos outros modos de transporte público.

Em Almada, e numa área metropolitana como a de Lisboa, a abordagem desta problemática tem, por isso, que adotar uma perspetiva intermodal, e envolver os diferentes modos de transporte presentes no território.

No que respeita ao transporte público fluvial, assegurado neste caso pela empresa pública Transtejo/Soflusa, registamos, com profundo lamento, o facto de o Governo da República se alhear das suas responsabilidades enquanto detentor da empresa, recusando-se a assumir a adoção das necessárias medidas de gestão capazes de responder positivamente aos graves problemas vividos pela empresa, numa incompreensível e lamentável atitude de abandono da gestão e recusa do indispensável investimento na empresa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não queremos ser pessimistas, por isso não admitimos que possa estar em causa, relativamente à Transtejo/Soflusa, um processo semelhante ao que conduziu primeiro à cisão, depois ao desmembramento e finalmente à privatização da antiga Rodoviária Nacional, que já referimos, numa estratégia que vise estabelecer a ideia de que a gestão pública é incapaz e ineficaz, de modo a favorecer e permitir a entrega do serviço público a empresas privadas. Não acreditamos, e não queremos acreditar, que possamos enfrentar um novo processo dessa natureza!

A realidade vivida por milhares de utentes diários do serviço, confirma, de forma inquestionável, a urgente necessidade de reforço dos recursos para a manutenção da frota de navios da empresa, sendo responsabilidade do Estado, e concretamente do Governo da República, encontrar as soluções que se impõem para que os utentes da Transtejo vejam o seu direito à mobilidade reposto.

Os números não mentem. Entre 1 de Janeiro e 31 de outubro deste ano, foram suprimidas pela Transtejo 3.250 carreiras em consequência da inoperacionalidade dos navios, a que se soma a supressão de outras 1.750 carreiras devido à carência de trabalhadores. No total, por razões operacionais da empresa, foram suprimidas 5.000 carreiras nos primeiros 10 meses do corrente ano (mais de 16 carreiras por dia, em média). Neste período, não houve um único dia em que os horários divulgados pela empresa tenham sido plenamente cumpridos.

Os constrangimentos registados no funcionamento da empresa expressam-se hoje em áreas operacionais tão distintas como a insuficiência do número de navios, as condições de manutenção dos navios existentes e dos pontões de amarração, ou a certificação de navegabilidade, e a necessidade de contratação de trabalhadores em falta nas diferentes áreas operacionais da empresa, bem como da valorização dos seus direitos e carreiras. Constrangimentos que se expressam, igualmente, nas condições desadequadas em que opera atualmente o terminal da empresa em Cacilhas, a exigir urgente intervenção de requalificação.

No que respeita ao transporte público ferroviário, o Concelho de Almada é servido por duas estruturas de serviços distintas: o transporte ferroviário “pesado”, na travessia do Tejo pela Ponte 25 de Abril, assegurado pela Fertagus; e o transporte ferroviário “ligeiro”, na cidade de Almada, com ligação à Caparica (FCT) e Corroios (Seixal), assegurado pelo Metro Sul do Tejo (MST).

Relativamente ao primeiro, a CDU defende que deveria ser repensada a concessão em regime de parceria público-privada deste serviço, sendo, a exemplo do que referimos relativamente ao transporte público rodoviário, largamente preferível a opção pela prestação do serviço por uma empresa pública.

A principal necessidade, entretanto, regista-se ao nível do reforço e intensificação da oferta nesta travessia ferroviária, aumentando designadamente a frequência e alargando os horários de circulação das composições, que deverá ser acompanhado pela construção de uma nova estação em Vale Flores, Feijó, e pelo prolongamento da ligação a partir da margem sul do Tejo para além da estação Roma/Areeiro, até à Gare do Oriente, em Lisboa.

Sobre o MST, a CDU entende que, para além de se colocar a mesma necessidade de repensar o modelo de gestão atual, assente, a exemplo do que acontece com a Fertagus, numa parceria público-privada, é tempo do Governo da República colocar em prática a promessa eleitoral que veio fazer a Almada nas últimas eleições autárquicas, pela boca do próprio 1º Ministro, concretizando no terreno a então prometida extensão do MST à Costa da Caparica a partir do Monte de Caparica, uma necessidade identificada e projetada há largos anos que tarda demasiado a ser concretizada.

Ainda no que respeita ao MST, importa também a construção total da rede contratada no âmbito da concessão, com a ligação a partir de Corroios ao Seixal, Moita, Barreiro, Montijo e Alcochete, conforme consta do contrato celebrado pelo Estado com a empresa concessionária. Deverão ser concluídos, ainda, os estudos de viabilidade do prolongamento do MST à Charneca de Caparica.

Concluimos, reafirmando a absoluta necessidade de exigir aos responsáveis políticos, em especial ao Governo da República, a promoção e aumento da oferta de transporte público em todos os seus modos, o reforço do investimento na manutenção das frotas e a aquisição de novo material circulante, imprescindível a uma resposta adequada e eficaz às necessidades de mobilidade no Concelho de Almada, e na Área Metropolitana de Lisboa,



JK

num investimento de que resultarão, seguramente, enormes ganhos económicos, ambientais, melhorias ao nível do equilíbrio territorial, e aumento significativo da qualidade de vida das populações.”

7.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voltamos a debater nesta casa o tema dos transportes.

Como é sabido, Sr. Presidente, a Área Metropolitana de Lisboa é hoje uma das zonas da Europa em que se leva mais tempo para chegar ou regressar do trabalho. Ao mesmo tempo, a Área Metropolitana de Lisboa é uma das zonas da Europa em que mais se utiliza o transporte individual, com todos os custos que essa inevitabilidade acarreta para o meio ambiente e para a qualidade de vida das pessoas. E o uso do transporte individual é uma inevitabilidade porque os poderes central e local, passado e presente, tomaram decisões estratégicas que colocaram em xeque o direito à mobilidade de quem vive na Área Metropolitana de Lisboa.

Quem depende exclusivamente do transporte público sabe que são muito poucas as chances de conseguir cumprir escrupulosamente com todos os seus compromissos, sem ter de esperar quase eternamente por um simples autocarro, muitas vezes a ter de fazer um esforço financeiro acrescido com táxis e uberes para poder chegar a horas ao trabalho ou à faculdade, e claro está, com graves repercussões para a sua qualidade de vida. Este é o Estado da Arte da mobilidade e acessibilidade em toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Por sua vez, Almada tem hoje uma série de problemas estruturais que necessitam urgentemente de políticas públicas responsáveis e duradouras, que vão ao cerne das questões e que coloquem em primeiro lugar a vida das pessoas. Nesta casa todos sabemos quais são, ou pelo menos assim o esperamos, e certamente serão os próprios almadenses os primeiros a reconhecer o caos que há muito se vive na habitação, na saúde, na mobilidade, na salubridade, apenas para mencionar alguns desses problemas.

Mas no caso dos transportes, que é o que hoje está aqui a ser debatido, as supostas “soluções” que vêm sendo encontradas por este executivo camarário vieram piorar e muito esta questão.

Veja-se a Transtejo, que tem falhado, e muito, aos almadenses, com novos barcos a serem prometidos a toda a hora, mas sem que nenhum deles dê à costa. Veja-se o Metro Sul do Tejo; a sua manutenção descuidada e a expansão esquecida. Continuamos à espera da extensão deste serviço à Charneca de Caparica ou à Costa de Caparica, tanto propagandeada pela Sra. Presidente, mas também pelo Sr. Primeiro-Ministro, com toda a pompa e circunstância, claro está, mas sem que à data se vislumbre o fim deste calvário. Mas a pior situação tem sido a dos transportes rodoviários concessionados aos TST.

Sabendo que a concessão do transporte rodoviário aos TST iria terminar, o Bloco de Esquerda propôs logo no ano de 2017 a criação de uma empresa intermunicipal de transportes que devolvesse o transporte coletivo à esfera pública, que garantisse transportes de qualidade e, sobretudo, que retirasse desta equação os interesses dos operadores privados, que por norma colocam o lucro em primeiro lugar. Dito e feito.

Mais uma vez, como em tantos outros casos, esta autarquia preferiu manter os transportes coletivos na esfera das concessões privadas, colocando o lucro acima da vida das pessoas, e deixando a solução dos problemas de Almada nas mãos da iniciativa central, como se este não fosse um problema fundamental do nosso Concelho.

O resultado disto é que decorridos quase seis meses após a implementação da rede de transportes rodoviários da Carris Metropolitana no Concelho de Almada, continuamos a verificar lacunas nos traçados, a receber denúncias de supressões nas carreiras, sobre a falta de cumprimento de horários, enfim Sr. Presidente, um péssimo serviço que continua a ser dado à população almadense.

É por isso que voltamos a defender que esta implementação foi feita “sem pés nem cabeça”, “às pressas”, sem que o mínimo de condições de operacionalização tivesse sido assegurado.

Prova disso mesmo foi que a um mês da implementação da nova rede de transportes, foi solicitada uma reunião à TML por parte dos TST, onde estes foram informados que a empresa não dispunha do número suficiente de motoristas para dar início à operação, o que desde logo condicionaria a eficácia da operacionalização.

Esta cenário de insuficiência foi confirmado pelo próprio administrador da TML, que veio reconhecer que nenhuma das empresas reunia as condições necessárias para dar resposta a uma rede de transportes desta dimensão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O que é que se decidiu fazer? Avançar com o projeto. Tudo isto confirma aquilo que o Bloco de Esquerda defendeu inúmeras vezes: que a melhor opção teria sido criar uma empresa intermunicipal de transportes, ao invés de se insistir num modelo falhado e sem quaisquer previsões de sucesso.

O resultado está à vista.

Ainda há cerca de um mês e meio, num período particularmente importante para a população almadense, em que se deu o início do ano letivo e o retorno ao trabalho para muitas pessoas, fomos confrontados com a mudança de discurso das entidades responsáveis pela implementação da Carris Metropolitana, que subitamente passou a ser de estupefação para um passa-culpas.

A AML disse que houve falhas de informação; a Câmara Municipal disse que não foi devidamente informada, ou foi informada tardiamente... E neste jogo de passa-culpas, quem continuou sem um transporte público minimamente digno, sem poder se deslocar e cumprir os seus compromissos, foram os almadenses.

Veja-se também o caos que se vive em Cacilhas. Passar do Cais do Sodré para Cacilhas é quase o mesmo que passar da Europa Ocidental para um cenário de guerra. Qualquer pessoa que por ali passe percebe que se ignorou completamente o facto daquele largo ser um dos maiores terminais de autocarros do país.

Onde era mais urgente ter um terminal de qualidade, é precisamente onde é mais difícil fazer um percurso tranquilo e sem percalços.

Aquela população, mas também a população de Almada em geral, merecia um verdadeiro terminal, onde se podia esperar por um autocarro com conforto, com informação, com segurança. E o que temos hoje são pessoas à espera ao sol, à chuva, ao frio, sem terem a certeza de que vão conseguir chegar ao trabalho sem correr o risco de serem despedidas ou chegar às suas casas em tempo útil, para poderem estar com as suas famílias e os seus filhos.

Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, Eu e todos os outros deputados municipais já pudemos ouvir da Sra. Presidente, em inúmeras ocasiões, que as coisas iriam melhorar; que apesar de todos os problemas que tinham ocorrido aquando da implementação deste ou daquele serviço, que as coisas iriam melhorar. E todas as vezes que aqui debatemos este assunto, a Sra. Presidente volta a afirmar que as coisas vão melhorar. Pergunto: será que a propaganda é mais importante do que a vida das populações?

A Sra. Presidente teima em fazer promessas que não cumpre, e depois fica chateada quando o Bloco de Esquerda vem reivindicar essas mesmas promessas.

O que as pessoas querem efetivamente, Sra. Presidente, são soluções. E querem-nas já, porque quando se faz uma promessa é para se cumprir.

E, portanto, Sra. Presidente, a nossa intervenção vai no sentido de lhe perguntar quando é que o transporte público vai passar a ser uma prioridade desta Câmara.

Porque verdade seja dita, 2 meses depois da prometida “revolução”, ninguém pode dizer que os transportes em Almada ficaram melhores do que antes.”

7.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Carlos Moreno o criador do conceito das Cidades de 15 minutos, defende a ideia de que a melhor mobilidade é aquela que é mais reduzida e que garanta a acessibilidade a tudo o que precisamos para o nosso dia a dia. Para cumprir este conceito tem que ser garantido aos locais de certos setores e atividades como a saúde, o comércio, a acessibilidade, a educação, a cultura, o trabalho e a natureza, sendo que essa distancia deverá ser até 15 minutos seja a pé ou de bicicleta. O objetivo é tornar cidades e bairros em locais vibrantes cheios de vida, interação humana, trazendo o sentido de comunidade. Devolver a cidade às pessoas, combatendo as alterações climáticas e tornando-as mais sustentáveis.

Olhando para Almada percebemos que temos um longo caminho a percorrer. Temos os municípios que utilizam o automóvel como veículo primordial nas suas deslocações e que estão insatisfeitos com a falta de estacionamento no centro de Almada e os acessos congestionados devido à Ponte 25 de Abril.

Os municípios que utilizam a bicicleta não têm ciclovias, mas uma manta de retalhos disfuncional e que serve muitas vezes de estacionamento automóvel.



Quem se desloca a pé tem de caminhar muitas vezes pela estrada devido à falta de passeios, ao mau estado dos mesmos ou aos carros que estacionam em cima dos passeios.

Finalmente, quem se desloca em transportes públicos, nomeadamente de autocarro, enfrentou durante muito tempo diversos problemas com os TST, supressões recorrentes de autocarros, atrasos diversos, autocarros velhos e sem condições.

A entrada da nova operação de transporte rodoviário da Carris Metropolitana, a 1 de julho para Almada, trouxe um sopro de esperança na melhoria do serviço aos utilizadores e uma redução dos gases de efeito de estufa com autocarros menos poluentes.

No entanto todos sabemos que foi um início muito atribulado e que causou enormes transtornos à vida dos almadenses. Percursos mais longos, mais transbordos não coordenados, falhas no cumprimento de horários, supressão de horários nas primeiras e últimas horas do dia, supressão de linhas e destinos, menos oferta durante o fim de semana e uma falha de comunicação em todo o processo contribuíram para uma chuva de reclamações. É certo que estas falhas foram sendo corrigidas e foi feito um esforço por parte da Câmara Municipal e da TML para ouvir os munícipes e tentar ir ao encontro das suas necessidades. Não obstante o serviço de transportes no Concelho, continua longe de responder às necessidades reais dos seus utilizadores.

A emergência climática à qual se juntam as ruas repletas de automóveis e os problemas de saúde relacionados com a poluição, o sedentarismo e a falta de exercício físico, exigem uma resposta diferente no planeamento da mobilidade e das acessibilidades do Município.

É necessária uma transformação profunda no nosso Concelho devolvendo o espaço às pessoas para que possam usufruir do mesmo sem o travo constante dos automóveis, jardins, ciclovias, passeios, espaços de convívio, parques infantis, parques para o desporto, devem invadir o nosso Concelho, transformando-o num lugar onde as pessoas vêm primeiro que os automóveis.

As mudanças de hábitos só se conseguem se criarmos as condições para que elas possam acontecer. Se tivermos transportes públicos melhores e mais eficientes, ciclovias que liguem os vários pontos do Concelho de forma segura e funcional, zonas pedonais acessíveis e convidativas, certamente o uso de transporte individual irá diminuir permitindo aumentar a qualidade de vida e a saúde dos munícipes.

São cada vez mais as cidades que já não permitem automóveis dentro de algumas artérias ou mesmo em toda a área limítrofe da cidade e esse tem que ser o caminho. Para alcançarmos a neutralidade carbónica é necessário passar das palavras à ação e temos cada vez menos tempo para desperdiçar.”

7.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal foi convocada para podermos discutir a mobilidade no Concelho de Almada e há várias questões que gostaríamos de referir, mas há uma primeira questão sobre a forma que me parece também ser importante de referir.

Esta Sessão Extraordinária foi convocada ou pelo menos a sua iniciativa foi primeiro explicitada pelo Partido CHEGA, e foi acompanhada pela CDU, pelo CDS, pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN e que escolheram se juntar a uma iniciativa do CHEGA para marcar esta Sessão Extraordinária. Não precisavam de o fazer, porque tinham Deputados Municipais suficientes para marcar uma Sessão Extraordinária sobre este tema, ainda assim, entenderam subscrever uma proposta do CHEGA quando os partidos do arco democrático bastariam para marcar o que diz também alguma coisa sobre o processo de radicalização em curso.

Ainda assim, nós entendemos que este é um tema importante, e que deve ser debatido nesta Assembleia Municipal, que merece o nosso interesse e é também por isso que nós eleitos do Partido Socialista trazemos uma proposta que já apresentamos, os nossos eleitos na Câmara Municipal de Almada, já apresentaram uma proposta semelhante e que a trazemos para discutir aqui também nesta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Um segundo ponto também para dizer que, ouvi um Senhor Deputado Municipal representante único do CDS, referir-se aos transportes gratuitos ou à possibilidade ou à escolha que eventualmente poderia existir, em detrimento de se ter criado a Carris Metropolitana, da possibilidade de se investir em transportes gratuitos. O CDS quando foi Governo, quando integrou soluções de Governo, nunca baixou os passes, nunca apostou em transportes públicos gratuitos e, portanto, é uma inversão de posição que não deixa de ser também estranha.

Dizer também, eu estiva na reunião que se realizou com a Administração da Fertagus, e o que foi dito não foi que não existia nenhuma possibilidade de expansão da linha, aquilo que a Administração da Fertagus nos disse, foi que, essa não era uma decisão da Fertagus, essa era uma decisão do dono da infraestrutura que neste caso é o Estado e que portanto, se houvesse a decisão para fazer a expansão até o Oriente, se houvesse decisão para fazer o apeadeiro de Vale Flores ou se houvesse a decisão de fazer o apeadeiro de Alcântara que pelos vistos também é uma nova proposta que o CDS nos traz aqui hoje, não cabia ao concessionário pronunciar-se sobre essa possibilidade.

Mas indo ao que importa, nós trouxemos uma proposta concreta porque é importante debatermos estes temas ou pelo menos darmos opinião sobre estes temas, mas também é importante apresentar propostas concretas que possam resolver aos problemas dos almadenses, e, portanto, a proposta que já pedimos para ser distribuída, tem como título “Nova Travessia do Tejo Algés/Trafaria”, e aquilo que diz é:

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002, elege, entre quatro objetivos fundamentais: “a diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a Área Metropolitana”.

A estratégia territorial metropolitana assenta numa visão que pretende recentrar a Área Metropolitana e policentrar a região.

O PROT reconhece que “a melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas pela expansão e modernização das infraestruturas de transportes tem constituído um dos principais indutores da reconfiguração da AML e do alargamento da sua área de influência”.

No âmbito da proposta de alteração ao PROT, concluída em janeiro de 2011, e defendido o completamento da rede de mobilidade rodoviária regional, onde se equaciona uma nova travessia do Tejo entre Algés e Trafaria, em complemento com o sistema de transporte coletivo.

De acordo com os Censos, no último intervalo intercensitário, entre 2011 e 2021, o País, no seu conjunto, entrou num processo de recessão demográfica, com uma retração de população residente que se cifrou em - 1,8%, e cuja dinâmica recessiva se prevê manter até meados deste Século.

Em contraciclo com o País, a AML manteve uma dinâmica demográfica positiva, na ordem dos 1,51%, a qual, no entanto, expressou-se de forma assimétrica nas duas margens do Tejo: enquanto a Grande Lisboa apresenta uma dinâmica de estabilização demográfica, com um ligeiro acréscimo de população residente, na ordem dos 0,99%, a Península de Setúbal apresentou-se como motor do crescimento demográfico regional, cujo acréscimo cifrou-se em 2,85%.

A dinâmica demográfica da AML e indissociável da dinâmica económica, assente num modelo polinucleado da região, onde o município de Lisboa deixou há muito de desempenhar um papel macrocéfalo no contexto regional.

Nesse contexto, o eixo Almada - Monte de Caparica e uma centralidade regional reconhecida, com enorme potencial de desenvolvimento, assumindo um papel acrescido de reequilíbrio regional, que urge articular com as demais centralidades regionais.

Também o desenvolvimento de projetos há muito reconhecidos como prioritários e estruturantes, como a reconversão dos antigos estaleiros da Lisnave, dependem da criação de respostas ao nível da mobilidade, de modo a garantir o desengestionamento do centro de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

72

A execução de uma nova travessia do Tejo no corredor Algés-Trafaria permitiria completar uma circular regional, constituída pela IC17/A36, IP1/A12 (Ponte Vasco da Gama) e IC12/A33, que permitiria ligar e articular a rede de centralidades regionais situadas nas duas margens do Tejo, recentrando a AML sobre o Estuário, reequilibrando fluxos, descongestionando a Ponte 25 de Abril e a área central da AML.

Importa ainda referir que a Ponte 25 de Abril, para além de Almada, serve, prioritária e quotidianamente, os municípios de Setúbal, Sesimbra e até Barreiro, enquanto a A33 esta muito abaixo das suas potencialidades, seja ao nível do transporte individual ou coletivo por não ter sido concretizada a ligação Algés-Trafaria inicialmente prevista.

Esta nova travessia - que em nada prejudica o plano ferroviário nacional - com a introdução de transporte público, permitiria perspetivar uma maior interligação entre os modos de transporte coletivo pesado nas duas margens, que atualmente conta apenas com a ligação da Fertagus, através da linha Norte-Sul, via Ponte 25 de Abril, constituindo uma oportunidade de interligação do Metro Transportes do Sul à projetada linha de metro ligeiro de superfície que ligará, numa primeira fase, Algés a Loures, e no futuro a Sacavém.

A concretização desta travessia com as componentes rodoviária e do transporte coletivo pesado, permitiria desta forma o descongestionamento do corredor central de ligação Norte Sul, assente na Ponte 25 de Abril, mitigando o efeito de indução de tráfego, através de uma nova articulação das redes de transportes coletivos entre as duas margens do Tejo, que induziria a transferência modal do transporte individual para o transporte coletivo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Recomendar ao Governo que, complementarmente à travessia rodoviária entre o Barreiro e Chelas, incluída no Plano Ferroviário Nacional, recentemente apresentado pelo Governo, analise a possibilidade da concretização da ligação viária proposta, privilegiando, desta forma, a mobilidade através dos transportes públicos coletivos;

2. Remeter esta recomendação ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, com conhecimento do Senhor Primeiro-Ministro e do Presidente da Assembleia da República.”

7.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os transportes, a mobilidade e a acessibilidade no Concelho pouco têm mudado nos últimos anos.

O projeto da TML tem sido, até à presente data, desastroso. É um facto o aumento de veículos na ponte 25 de Abril, sentido por todos os utentes, desde que este projeto arrancou.

É de vital importância a oferta pela TML de um serviço público digno, pelo que nunca o Partido Chega poderá aceitar que as medidas adotadas venham piorar o serviço já por si insuficiente, deixando centenas de pessoas sem a possibilidade de se deslocarem.

Uma frase dita numa anterior sessão preocupou-nos e chocou-nos “afinal estávamos bem e não sabíamos”. Infelizmente sou obrigado a repetir.

Constatamos que para além de carreiras extintas, existem incompatibilidades de transportes absurdas e incompreensíveis. Claramente este projeto foi feito sem ter a interação dos vários meios de transporte em mente.

Mexeu-se sem qualquer preocupação pelos utentes, nos transportes e nos seus horários, sem ter em conta as reais necessidades dos utentes.

As entidades envolvidas terão de fazer mais e melhor.

Até ao momento, TST, TML, Câmara Municipal de Almada, falharam.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Continua a chegar-nos relatos de utentes do metro que esperaram mais de uma hora por um transporte de ligação que os traga a casa. Outros relatos chegam-nos dos utentes do barco, que quando chegam têm de esperar mais de 45 minutos pela sua carreira.

Falta organização nos transportes. Falta coordenação nos serviços que servem os Almadenses.

Quando se defende a família, o ambiente e a qualidade de vida, não se pode aceitar, que quem vá trabalhar demore mais de 2 horas para regressar a casa.

A Câmara Municipal de Almada, diz continuamente que é um erro e encolhe os ombros.

Os alertas realizados pelas Comissões Específicas e nesta Assembleia Municipal não foram suficientes para que a Câmara Municipal de Almada analisasse a situação de forma objetiva.

Após o conhecimento de toda esta situação, a Câmara Municipal procurou desculpas e quem culpar, sem nunca assumir a sua responsabilidade, entregando a totalidade do assunto a quem não tem de responder à população.

E assim justifica e diz para os almadenses “nada podemos fazer”.

Um Executivo que nada pode fazer, de nada serve aos almadenses.

É imperativo encontrar os responsáveis e aplicar-lhes as sanções previstas nos contratos, onde mais lhes dói - no bolso - para que percebam que não se brinca com a vida dos cidadãos.

O anunciado e prometido prolongamento do Metro Transportes do Sul para a Costa de Caparica, não tem qualquer avanço. A população da Costa de Caparica continua refém de um único meio de transporte.

As promessas PS são isso mesmo, um grande conto de histórias, existente apenas no papel.

As juras de amor entre Costa e este executivo não passaram de uma paixão de campanha eleitoral, não tendo Almada colhido nenhum benefício da ligação deste executivo com o PS.

Falemos verdade. O benefício surgiu para os Boys do PS que arranjam emprego em Almada. Pelas nossas contas já são cerca de 15.

Quanto à Costa de Caparica, essa continua sem um modelo de transporte local.

Se a indecisão relativa ao Transpraia, projeto emblemático e marcante para a vida dos Caparicanos, existe, o que esperar da implementação de um megaprojeto de transportes.

A situação dos Barcos continua a ser catastrófica, com a Transtejo sem capacidade de garantir o serviço.

O número de barcos parados, sem capacidade de operar e de serem utilizados, ultrapassa em muito os barcos ao serviço. Para os funcionários operar a frota é a mesma situação. Assim, a continuidade do mesmo está claramente em dúvida, como se tem frequentemente sentido em Cacilhas e em especial na Trafaria e no Porto Brandão.

Novamente, aqui a pressão deste executivo nos organismos estatais é inexistente.

Em termos de infraestruturas e acessos tudo continua na mesma.

A inexistência de um acesso à Ponte 25 de Abril, entre o Seixal e Almada, origina o fluxo de milhares de veículos, vindos do Seixal para dentro do nosso Concelho, trazendo um enorme impacto ambiental e estrutural para Almada, o que não é de todo aceitável.

Torna-se imperativo reverter a situação. A abertura do acesso à A2, já construído junto a Santa Marta de Corroios, poderá resolver em muito a situação gerada. Em alternativa, criar um acesso que retire de Almada este conjunto de veículos.



Continuamos a não ter do executivo de Almada uma clara ação intencional para a construção da Travessia do Tejo – Almada-Algés. Questionamos o porquê, se a proximidade deste executivo com o governo é tão grande.

A razão para esta obra tão necessária ainda não ter começado é uma incógnita.

Com a construção deste túnel, estima-se que mais de 37% do trânsito seja desviado da Ponte 25 de abril, o que é importante e vital para Almada.

Não podemos ter o executivo a planear mais de 3.500 novos fogos para Almada, e estarem mais algumas centenas falados em projetos diversos, sem se tratar das acessibilidades como a prioridade.

Cabe a este executivo tudo fazer para que as acessibilidades de Almada, e a nova travessia, se tornem um desígnio nacional.”

Relativamente a estes temas temos um conjunto de questões.

1- Túnel Algés – Almada:

- O que tem sido feito para que esta construção avance?
- O que impede esta construção?
- Quais os próximos passos para a sua concretização?
- Ir-se-ão perder os fundos europeus para este projeto?
- Ficarà Almada desprovida desta acessibilidade?

2- Desvio Transito do centro de Almada:

- Que medidas estão a ser pensadas pelo Executivo da Câmara Municipal de Almada para desviar o fluxo de veículos do centro da Cidade?

3- Sincronização de horários de meios de transporte:

- O que tem em mente este executivo para resolver a questão e colocar em sintonia TST, MTS, TML, Transtejo e Fertagus, em termos de horários e oferta aos utentes?
- Para quando a resolução da questão do Transpraia, tão importante para a Costa da Caparica?
- Para quando o início da extensão da rede do Metro de superfície para a Costa da Caparica?

Queria aproveitar para dizer que ficamos muito contentes por o PS ter dado a atenção necessária ao programa autárquico do CHEGA e até o nome da proposta é o nosso projeto “Nova Travessia Algés/Trafaria, algo defendido pelo Partido CHEGA desde da primeira altura e ficamos muito contentes que até o nome foi exatamente copiado.”

7.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Paula Galvão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois de todas estas intervenções, também o PSD vem questionar e vem referir alguns dos aspetos importantes do objeto desta Assembleia Municipal, transportes e mobilidade, considerando que é um Concelho muito próximo de Lisboa e que depende muito dos transportes público eficientes, variados, exatamente para se poder deslocar diariamente e evitarmos todos os constrangimentos que a esta data nos acontece, não só travessia da Ponte 25 de Abril, como também a falta e a falta de capacidade e eficiência dos transportes públicos existentes. Convém andarmos um bocadinho para trás e lembrar que o Poder Local Democrático foi a maior alavanca do desenvolvimento do todo nacional após 25 de Abril. É a garantia que o Estado da aos portugueses de que não haverá nem populações nem regiões ignoradas. E o Poder Local começou logo desde o início a trabalhar pela Coesão Nacional.

Tínhamos na altura um país muito desequilibrado, onde só as grandes cidades tinham algumas boas vias e a primeira vaga de autarcas teve muita responsabilidade na melhoria da rede viária do país, sobretudo unindo os centros dos concelhos com todas as envolventes nas províncias rurais mais afastadas.

Depois dessa primeira vaga do Poder Local, muito baseada em realizar algumas obras importantes, as estradas, os saneamentos, a rede de águas e esgotos, surgiu uma nova vaga de autarcas, já preocupados com outro tipo de qualidade de vida. Na construção de outras infraestruturas importantes, as escolas, as zonas industriais, as



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

vias rápidas de acesso e começou então o gravíssimo problema de termos agora uma terceira vaga de autarcas com preocupações

com que os primeiros nunca sonharam, nomeadamente no grande fluxo de população aos grandes centros, às grandes cidades e hoje somos obrigados a falar diariamente de inovação, mobilidade e sustentabilidade.

O Poder Local hoje está muito mais à frente do que antigamente. A frente. O Poder Central nem sempre nos acompanha. Aliás, o próprio país estamos numa fase de retrocesso relativamente aquilo que é importante para as populações. Ao ponto de em pleno século XXI termos de falar nesta casa sobre a luta das populações pelo transporte público. Tema que merece a atenção de todos e que um especial interesse do PSD que conhece os problemas com que os almadenses se defrontam todos os dias.

Do acordo com as modernas políticas locais, o PSD tem como uma das suas principais linhas condutoras atrair investimento e criar emprego no Concelho, evitando que os almadenses sejam obrigados, a deslocar-se para Lisboa ou ainda mais longe.

Apesar de o assunto quente do momento ser a Carris Metropolitana, há vários anos que existem outras situações preocupantes que requerem a nossa atenção, e que já tivemos oportunidade nesta Assembleia Municipal como também nas próprias Comissões a que pertencemos, de invocar a necessidade de entender os transportes públicos do nosso Concelho como um todo e resolver os problemas de todos eles, passo a descrever:

Transporte fluvial, deparamo-nos com graves problemas no incumprimento de horários, resultantes da falta de manutenção que inutiliza barcos e compromete a oferta regular. Numa breve pesquisa em qualquer motor de busca, encontramos notícias de anúncios do Governo de

mais investimentos na Transtejo para ampliação da frota, se calhar até anteriormente a 2017 até à data de 2022, e em todos estes anos encontramos promessas do governo central com datas que, ainda não foram cumpridas à data de hoje.

Relativamente à frota atual e à renovação da frota, para manter o serviço diário previsto com os respetivos horários, a Transtejo precisa que estejam operacionais pelos menos 8 navios, por vezes só funcionam com 4, o que levam a supressão de carreiras. A travessia Lisboa/Cacilhas por vezes só tem 2 navios a funcionar, o que significa que não se efetuam 26 carreiras por dia. Na hora de ponta só existem os tais 2 navios quando seriam precisos pelos menos 3. Também existe a falta de maquinistas, dos 368 trabalhadores que a Transtejo tinha, atualmente só tem 310. Ainda nos maquinistas só tem 10 e precisam do dobro, estando a decorrer um concurso para a admissão de mais maquinistas. Não há investimento desde 2012, aquando do Governo PSD, e as reparações dos navios atuais custam cerca de €300.000 a €350.000. Em outubro de 2017, já com o Governo PS, deixaram de existir navios de reserva. Só existem 2 pontões de amarração com certificação. Ao contrário do que acontece na Transtejo, por exemplo, a Soflusa tem uma empresa que lhes garante a manutenção dos navios.

Segundo o que está previsto relativamente a nova frota, serão entregues 4 navios no primeiro semestre de 2023 e outros 4 no 2º semestre, os restantes serão entregues em 2024. Segundo parece está a decorrer o concurso para as estações de carregamento para o fornecimento de baterias, entretanto o Senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana Jorge Delgado, anunciou que os navios irão começar a operar talvez não os 10 previstos, mas uma parte significativa e que já estão 2 em testes. Também declarou que as baterias e os postos de carregamento já estão contratados. A empreitada de construção dos postos de carregamento custa cerca de 14,4 milhões de euros.

Ao que parece, os primeiros navios serão para efetuar a carreira Lisboa/Seixal e só tem 70 minutos de autonomia e vão passar a demorar 40 minutos porque só dão 16 nós no máximo, enquanto que os navios atuais atingem 21/22 nós.

Prevê-se que os carregamentos (rápidos) demorem pelo menos 10 minutos a atingir a margem necessária para voltarem a Lisboa e vice-versa.

Assim:

Pretendemos saber qual é o verdadeiro ponto de situação da renovação da frota da Transtejo. Quando estarão a funcionar os novos barcos e se estes serão suficientes para resolver os problemas e necessidades dos passageiros.

Outro fator dos sucessivos atrasos e cancelamentos de travessias e a falta de pessoal, a sobrecarga dos trabalhadores e, conseqüentemente, as greves. O que se tem feito perante a empresa e o Governo, para tentar



satisfazer os interesses dos trabalhadores evitando assim greves, paralisações e plenários sucessivos que afetam inevitavelmente os passageiros.

No programa que apresentamos às eleições autárquicas de 2021, propõe-se que sejam criados locais de desembarque e atracagem ao longo do rio, até que permitam a implementação do Turismo Fluvial. Uma inovação também ela de considerar.

A travessia que se faz entre Trafaria/Algés, cumpre-nos dizer que o PS apresentou na 2ª feira na reunião de Câmara Municipal, uma Moção sobre o assunto que foi aprovada. Refere-se aqui que o PSD apresentou em 2018 uma Moção nesse sentido e que na altura a Assembleia Municipal rejeitou esse documento, sendo de saudar a evolução de outros partidos sobre esta matéria neste momento.

Quanto ao Metro de Superfície. É outra das promessas que para os almadenses é quase uma miragem. O Metro entrou em funcionamento em 2007 e desde o início que a expansão a Costa da Caparica está prevista, inclusive prevista no PDM. Em julho de 2021, o Primeiro Ministro afirmou que a extensão do MST até a Costa “será uma realidade em breve”.

A Senhora Presidente, pela proximidade política e pela posição que ocupa, saberá melhor que ninguém interpretar as palavras do Senhor Primeiro-Ministro, quando ele diz “breve” e quando? É que para depois destas declarações, o PSD apresentou em fevereiro deste ano, nesta Assembleia Municipal, uma Moção a exigir ao Governo que “apresente em 2022, publicamente, o calendário e o financiamento para a extensão do Metro Sul do Tejo”, que incluía, desde logo, a sua chegada a Costa da Caparica. Esta moção foi aprovada por unanimidade e desde fevereiro até agora não tivemos qualquer resposta.

Esta previsão exigida pelo PSD, aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal, e inconsequentemente anunciada pelo Governo, deve esclarecer ou não, se a extensão a Charneca de Caparica também é para avançar. Tem alguma informação sobre tal facto, Senhora Presidente?

Relativamente ao transporte ferroviário operado pela Fertagus, apresenta-se como o meio de transporte mais fiável e, talvez por isso, circula permanentemente sobrecarregado.

Considerando que o plano de transportes em Lisboa prevê a concentração de autocarros em Sete Rios e Campolide, duas paragens da Fertagus, é urgente negociar o aumento da oferta de comboios a cruzar a Ponte 25 de Abril, sobretudo, mas não só, á hora de ponta.

A propósito da travessia da Ponte 25 de Abril, porque não equacionar e avaliar, considerando a construção da nova ligação a Algés/Trafaria, que muito nos agradaria, mas até lá e porque não será uma obra tão rápida assim, a criação de um corredor BUS no próprio tabuleiro, em ambos os sentidos, com uma extensão nos acessos adequada, de modo a facilitar, de forma concreta, a circulação dos transportes públicos. Esta faixa pode ter uma Imitação horária, como já acontece no acesso pela rotunda do Centro Sul, por exemplo.

Quanto à questão dos transportes, mobilidades e acessibilidades vertidos nas Opções do Plano da Câmara Municipal de Almada para 2022, há a questionar:

Como está a implementação do Plano Municipal da promoção da acessibilidade? Em que estado se encontra o estudo urbanístico de Vale Flores que prevê a intervenção da nova paragem da Fertagus naquele local? Como está a questão da Transpraia? O que está previsto para breve relativamente à ampliação da rede ciclável? Como está a questão da sincronização de horários dos vários transportes rodoviário, ferroviário e fluvial que continuam a obrigar a grandes períodos de espera aos cidadãos quando vão e voltam do trabalho? Como está o projeto de Infraestruturas de Portugal relativo à alternativa do acesso à Ponte 25 de Abril na zona do Trevo do Centro Sul? Para quando se prevê o arranque dessa importante obra e o que tem sido feito por parte da Câmara Municipal de Almada para aumentar o número de veículos da frota municipal que se movam através de combustíveis fosseis por veículos elétricos ou híbridos.”

7.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira (PS);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente eu vou-me dirigir diretamente a si.

Estamos aqui a falar de mobilidade e de acessibilidades, eu devo recordar vossa excelência que, o 25 de Abril foi em 1974, já passaram 48 anos e vossa excelência em boa hora chegou ao governo desta cidade há 5 anos. Ou



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

seja, antes de si outros estiveram no governo da cidade durante 43 anos. E, portanto, não vou aqui falar do que muito se fez ao longo dos tempos, mas vou falar daquilo que não se fez nesta terra. E nesta terra estou a falar da Charneca de Caparica e mais recentemente numa União de Freguesias que engloba também a Freguesia da Sobreda.

Em termos de acessibilidades, estas duas terras que são uma hoje, ganharam muito. Ganharam por exemplo, uma nova 377, ganharam também uma rua Mário Casimiro; na Sobreda ganharam uma rua do MFA e rua Alberto Araujo, esta de muita importância, pois serve o centro de saúde e eram estradas que não tinham passeios e que eram frequentadas pelos utentes, pessoas idosas e, portanto, isso de facto, foi uma mais valia.

Eu poderia estar aqui a falar de todas as outras estradas que se foram realizando nesta Freguesia, eu estou a falar desta Freguesia porque é aqui que está a ser realizada a Assembleia Municipal. E nesse sentido, pode-se dizer que aqui nesta Freguesia muita coisa mudou em termos de acessibilidades e eu sou testemunha disso porque vivo na Charneca de Caparica desde que casei, e isso já foi há muitos anos e consigo ver bem as diferenças entre de há 5 anos a esta parte e antes de há 5 anos a esta parte.

Em relação à Carris Metropolitana, que já se fala deste assunto há muito tempo, que é um bom tema, com a Carris Metropolitana tudo mudou. E tudo mudou para melhor e eu até arriscava a dizer o seguinte: esta situação da Carris Metropolitana foi revolucionária, aliás, eu lanço aqui o repto, de alguém que apresente na Europa moderna, um projeto desta natureza que tenha sido implementado assim, de repente, com novos autocarros, com autocarros de qualidade, coisa que não tínhamos e é claro Senhora Presidente, quando se faz uma revolução como foi esta, nem sempre as coisas correm bem, mas tem que se ir retificando aquilo que aparentemente está menos bem, porque as revoluções são assim, não há volta a dar e a Carris Metropolitana foi uma revolução e nesse sentido, tendo a Senhora Presidente sido envolvida, tendo-se envolvido pessoalmente, diretamente, nesta revolução, Senhora Presidente, para mim a Senhora é uma revolucionária. Muito obrigado.

Mas vou um bocadinho mais longe. Falou-se aqui também da travessia Algés/Trafaria, esta travessia é algo que eu já venho lutando há algum tempo, e até já usei da palavra nesta Assembleia Municipal enquanto público, para falar deste tema.

A Travessia Algés/Trafaria ao contrário do que muita gente pensa, não é uma coisa nova, isto já vem de há muito tempo e é tempo de ser uma realidade. A CRIL tem que ser ligada à A33 e este cordão, este trajeto rodoviário que também tem que ser ferroviário tem que ser uma realidade. E nesse sentido, Senhora Presidente, o Grupo Municipal do Partido Socialista conta obviamente com os seus bons ofícios para que esta Travessia Algés/Trafaria, seja uma realidade o mais breve possível.

Por ultimo só dar uma palavra relativamente à Fertagus.

A Fertagus poderemos considerar hoje, acho que ninguém tem dúvidas disso, um serviço de excelência em termos de mobilidade. A Fertagus, penso que o contrato de concessão são mais dois anos, não tenho completamente certeza, é mais um ano ou mais dois, e depois com certeza haverá outras soluções, mas há uma coisa que é garantido, este serviço é um serviço que todas as pessoas sejam almadenses, não sejam almadenses reconhecem como um serviço de qualidade e nós temos que olhar para aquilo que é bom, nós temos que olhar para aqueles que fazem bem, para continuarmos na senda do caminho do melhor, trabalhar para a perfeição.

Já agora, por ultimo, em relação a esta situação da Fertagus, falar de um ponto que me parece importante que seria uma estação ferroviária em Vale Flores, era importante que houvesse ali uma estação ferroviária, não sei o que é que o futuro vai nos contemplar, mas esta era uma situação muito importante.

Por ultimo, Senhora Presidente, muito obrigado por tudo o que tem feito.”

7.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



O PAN não concorda com a criação de uma nova travessia Algés/Trafaria porque não podemos estar simplesmente a fingir que estamos a combater as alterações climáticas. Nós não podemos continuar a construir infraestruturas que venham trazer mais carros a Almada e a Lisboa, e ao mesmo tempo dizer que estamos preocupados com as alterações climáticas. Temos que ser coerentes ainda que isso vá contra aquilo que muitas vezes as pessoas esperam, ou seja, usar o seu transporte individual. A única travessia que faz sentido neste momento, de facto, é para transportes públicos, veículos de emergência, eventualmente veículos de mercadoria, nunca para aumentarmos o tráfego automóvel para a Cidade de Lisboa.

Sabemos que, hoje as pessoas que usam a Ponte 25 de Abril, há muitas pessoas que não usam a Ponte 25 de Abril porque esperam horas para chegarem a Lisboa e para regressarem de Lisboa. Se contruirmos uma nova via, obviamente que as pessoas que hoje não usam o carro, irão usar porque sabem que têm uma outra alternativa.

Um estudo da Quercos de 2008, quando se começou a falar desta nova travessia, ou se calhar até antes, dizia que, a Lusoponte estimava que iria aumentar o tráfego em 10% a construção de uma nova travessia que em 3 anos esta ponte estaria congestionada. Portanto, os estudos demonstram que não este o caminho, não podemos continuar a ir por caminhos que já sabemos que irão trazer-nos muitos dissabores futuros e aumentar apenas a poluição e as emissões carbónicas, que o queremos é o sentido inverso.”

7.2.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Senhores Deputados Municipais marcam estas Sessões Extraordinárias e temáticas quando entendem e a Câmara Municipal virá sempre que os Senhores Deputados Municipais assim o decidirem, não só porque é nossa obrigação, até porque o fazemos com gosto, achamos sempre que é importante, que estas Assembleias Municipais temáticas possam de facto aprofundar algumas matérias.

Relativamente à Carris Metropolitana, se me permitem eu não vou fazer todo o detalhe, só vou dizer ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que eu acho que poderão acusar-me de muitas coisas, mas não certamente de fazer voz fininha, não sou propriamente conhecida por ser talvez muito doce quando acredito nas coisas, portanto, a chamada voz grossa, até onde é que quer que eu faça a voz grossa? Acho que sou bastante expressiva nas minhas convicções.

Quando de facto, esta operação do novo contrato se iniciou com os problemas que todos nós conhecemos, eu não desviei, estivemos presentes em todas as reuniões que fizemos, em todas as Freguesias, agradeço aliás, à Administração da TML ter estado presente também, ter dado a cara e, portanto, nunca me ouviu dizer, ou negar os problemas que houve. Dito isto, Senhor Deputado Municipal, eu volto a dizer, a Carris Metropolitana, a empresa pública, (eu penso que o Bloco de Esquerda se esqueceu desse facto), a empresa pública que diz que a Câmara Municipal preferiu manter os transportes rodoviários na esfera privada, que eu acho absolutamente extraordinário. Senhor Deputado Municipal, eu posso voltar a enviar-lhe os estatutos da TML, as deliberações. A criação da TML a empresa mais pública, cujos os acionistas são os 18 Municípios neste caso até os 15 Municípios que fazem parte desta operação, é uma tremenda vitória. Assim, como a baixa do custo dos passes, foi uma vitória extraordinária e tem razão Senhor Deputado Municipal Antonio Pedro Maco, é uma questão de escolha, nós nunca escolhemos, nem nunca aceitaríamos a privatização de Carris de Lisboa como o seu partido defendeu. Ou seja, é uma questão de escolha. Nós acreditamos que o transporte público é um serviço público e que deve ser assegurado pelas instancias públicas, por isso foi criada uma instância pública e para a qual nós pedimos aliás, satisfações, para gerir estes contratos sendo que os operadores privados hoje em dia, são prestadores de serviço. E isso que fique claro, não atirem areia para os olhos. Para bem ou para mal, nós Municípios temos que pedir satisfações a esta empresa chamada a Transportes Metropolitanos de Lisboa, que criamos, que acarinhámos, mas à qual exigimos um serviço de qualidade. Portanto, eu não vou voltar a entrar nos problemas que houve. Agora, há aqui uma questão e é bom lembrar como diz o Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, foi a própria TML, que reconheceu que os TST lhes comunicaram que não tinham condições, mas a nós Municípios, numa reunião, aos acionistas, vieram nos dizer que uma rede um bocadinho



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

abaixo, conseguiam assegurar na perfeição, e não o fizeram. Não fizeram. E nós temos que pedir satisfações e fizemo-lo, e continuamos a fazer a quem tem obrigação de gerir estes contratos, na boa gestão pública estes contratos.

Quando nos dizem que o transporte público, para nós, não é uma prioridade, eu relembro, foi este governo camarário, mas também este Governo do Partido Socialista, que permitiu a baixa dos passes, que lançou este concurso, que lias, foi aprovado por unanimidade pelos 18 Municípios da Área Metropolitana e eu quero dar aqui uma palavra a todos os meus colegas autarcas e aqui já agora aproveito uma palavra à Senhora Vereadora Maria das Dores Meira, que na altura tinha responsabilidades da Presidência, e todos nós que não investíamos um tostão em transporte, a não ser em pequenas coisas acessórias, assumimos um encargo enorme para termos um transporte público de qualidade. Almada pagava zero, atualmente paga 1.800.000.00€ (um milhão e oitocentos mil euros) para a Carris Metropolitana, sendo que tem que ter previsto nas suas contas mais de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros). Se isto não é apostar claramente no transporte público rodoviário, eu não sei o que isto é. E há Municípios com menos capacidade do que nós e que, também decidiram apostar nisso. Portanto, eu peço desculpa, não me incomoda que o Bloco de Esquerda faça críticas, o que me incomoda é que um partido que se recusa sistematicamente a ter responsabilidades autárquicas, engane as pessoas a fazerem afirmações que são falaciosas em Almada, em Palmela, em Sesimbra, em Setúbal, em Mafra, em todos os Municípios da Área Metropolitana. Isso é que eu não admito.

Em relação a outros temas. A TML fez um relatório, está datado de dia 18, só o recebi hoje, sobre o estado da situação em Almada e do lote 3. Isto está mais ou menos completo, eu não consigo comentá-lo todo porque estive a vê-lo agora, mas há um ponto que me parece importante, com dados de 18 de novembro, onde dizem claramente, que ainda falta implementar da rede que está contratualizada, 20 linhas de autocarros. 20 linhas em 86. Mesmo assim, à datada de hoje em Almada, apesar de faltarem 20 linhas, já estamos acima em termos de oferta do que era antigamente, em 20% tanto em carreiras como em horários. Ninguém fugiu à responsabilidade e ninguém omitiu os problemas. Mas com a mesma frontalidade com que enfrentamos os problemas, hoje temos que também dar a cara e dizer que estão a ser resolvidos aos poucos e hoje em dia temos uma oferta que já está acima em 20%. De carreiras e de horários. E, portanto, eu como faço voz grossa quando estou zangada, também tenho que reconhecer quando as coisas já começam a funcionar, mas ainda faltam 20 carreiras. E, portanto, isso devia ser um esforço da TML e dos próprios TST, com a dificuldade de mão de obra como se sabe e de motoristas.

Há aqui questões onde visivelmente ainda há grandes melhorias para fazer do ponto de vista da informação, mas há um dado que eu acho que também é importante, é que já estamos com um número de validações equivalente a maio de 2022, antes da entrada em funções da operação.

Sobre a nova operação rodoviária eu penso que poderemos ficar por aqui, sendo que naturalmente continuamos atentos.

Agradecer mais uma vez encarecidamente os almadenses, que pelos seus alertas, pelas suas denúncias, pelos seus alertas através dos meios que colocamos, nos vão avisando sempre que há um problema maior. Também estão aqui as carreiras da época escolar e que de facto, não corresponde em nada a um discurso catastrófica que aqui foi feito. Não está perfeito não tenho dúvidas nenhuma.

Relativamente às outras questões terei todo o gosto em voltarmos a falar da questão das portagens da A33, mas eu aqui tenho que fazer um enquadramento até com base na recomendação que foi apresentada e que foi aliás, apresentada bastante idêntica na Câmara Municipal. E aqui vou-me dirigir à Senhora Deputada Municipal do PAN.

Senhora Deputada Municipal, eu não estou a minimizar o estudo da Quercos de 2008, agora se ler bem essa recomendação, vê que há um grande enfoque também sobre um espaço para transporte público. Transporte público pode ser rodoviário e até pode ser ferroviário para fazer ligação à extensão do metro em Lisboa que como sabe chega até Alcântara para já, e depois há a possibilidade de chegar até Algés. E, portanto, o que aí está é para se fazer estudos.



Por outro lado, há um estudo que não pode ser omitido e que é uma batalha tanto de Almada como de Lisboa, que é retirar do seu centro, desviar do seu centro, uma série de trânsito e eu não posso estar mais de acordo quando e penso que foi o Senhor Deputado Municipal Karim Quintino, a ver que os números do transporte individual são muito preocupantes e temos que os conseguir baixar. Um dos grandes problemas que temos nas nossas cidades é que em Almada temos uma entrada para a ponte, que serve Almada, mas que serve grande parte da população do Seixal, e a Ponte 25 de Abril serve outros Municípios até Setúbal, que não dá jeito nenhum irem pela Vasco da Gama, sobretudo se forem para a área norte de Lisboa ou se forem ali para Oeiras ou para Sintra. Portanto, esta nova travessia não se pretende com isso estar a aumentar o fluxo de automóveis, pretende sim, desviar o fluxo de automóveis diminuindo e reforçando os circuitos de transporte público e retira-los do centro para redirecionar uma série de circulação que não deve passar nem pelo Centro Sul de Almada, nem chegar ali às Amoreira e depois Marquês do Pombal.

Senhora Deputa Municipal, eu não vou enumerar aqui quantos tuneis tem o metro de Paris a atravessar o Sena, são muitos, muitos. E de carro também há alguns, é verdade. Agora uma coisa eu sei, é se nós não criarmos condições para colocar transporte público que sirva as pessoas, nós não conseguimos reduzir o transporte individual.

Portanto, peço-lhe que leia e verá que há um grande enfoco e se assim não fosse não estaríamos tão empenhados como sabe, e o PSD o salientou, nós fizemos um caminho nesta questão do túnel e eu não tenho nenhum problema em assumi-lo. Quando assumi a Presidência da Câmara Municipal de Almada e me falavam do túnel eu dizia "barco". Hoje em dia, com o conhecimento que eu tenho do território, com todo o trabalho, com os estudos que temos feito dentro das nossas possibilidades, da mobilidade, da penduralidade, hoje em dia eu não tenho dúvidas que é necessária uma nova travessia do Tejo aqui. Não ponho em causa nem Chelas, nem Barreiro, nada, a questão não é um ou outro, o problema é que os estudos colocam como hipótese um ou outro. Passaram muitos anos. A ponte segundo os dados publicados no site do IMT, recebe por dia cento e cinquenta mil carros. E não está nova. Nós temos uma situação de alerta um bocadinho mais preocupante como já tivemos, um código laranja e a Ponte arrisca-se a fechar. E depois a preocupação não é saber se as pessoas vão de transporte ou de carro, a questão é saber como é que as pessoas voltam para casa. A questão é essa. Como é que as pessoas saem de casa e regressam a casa? Estas questões têm que ser encaradas com realismo, com frontalidade, sem preconceito e criar condições demore o tempo que demorar, mas temos que começar a trabalhar numa terceira travessia, ou numa nova travessia. Porque vai ser uma inevitabilidade. Portanto, é com a mesma convicção que terei todo o gosto de falar disso obviamente.

Com a mesma convicção e aqui também partilho e entendo a impaciência para saber, sim, há um compromisso com a extensão do Metro até à Costa da Caparica. E garanto-vos, esse compromisso tem que ser cumprido. E estarei sempre do lado dos almadenses nessa matéria e isso não põe em causa muito pelo contrário, a minha solidariedade e as minhas convicções socialistas. Agora, há um compromisso para com os almadenses e eu fui eleita para defender, para representar os almadenses em todas as ocasiões. E, portanto, estejam descansados que eu sou a primeira a envia-la (a promessa) ao Senhor Primeiro Ministro.

Mas aqui também o que nós estamos a trabalhar também ao nosso nível, é pensar o circuito, o trabalho que foi feito, como sabem houve um grupo de trabalho e eu não vou comentar o trabalho que foi feito, que foi uma repetição do trabalho que já estava a ser feito que tem que ser revisto, é fundamental nesta extensão do Metro até à Costa da Caparica, termos em mente os próprios projetos de expansão da própria cidade de Almada, estamos a falar do Innovation District como é obvio, temos que ter a dimensão do fluxo populacional que Almada está a ter, de todo o movimento de reabilitação que seja na Trafaria, que seja na Costa da Caparica, temos que ter em articulação justamente a questão do Metro com a possibilidade de uma nova travessia ali, e, portanto, nós próprios, ao nosso nível, estamos a tentar ver como é que tudo isto se articula e tem toda a razão agradeço aliás, ao PSD, de ter transido o Transpraia que como sempre infelizmente, eu costumo dizer que em e Amada puxam um fio e sai um novelo, no caso do Transpraia também apesar de ser privado, mas é verdade que há um problema entre o antigo proprietário e a APA que não se já está resolvido ou não, que impede o Município de fazer uma aquisição simples como nós gostaríamos de fazer.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à questão das obras e acho que também foi o PSD e agradeço, das obras do Centro Sul, que as Infraestruturas de Portugal vão fazer e que já nos mostraram. O que está previsto é o início da obra em 2024 com a conclusão em 2025, há questões muito positivas que é a possibilidade de criar travessias para bicicletas, mas ainda aguardamos o projeto final.

Relativamente aos abrigos. Foi na segunda-feira lançado em reunião de Câmara o novo concurso dos abrigos. Vamos duplicar, tínhamos 300 abrigos em Almada o que está no concurso que foi lançado, aprovado em reunião de Câmara, são 600.

Relativamente a Cacilhas, em princípio a JC Decaux que é quem ainda tem o contrato irá coloca-los no próximo dia 5, gostaríamos que fosse antes, não foi possível fazê-lo antes.

Mas, para dar nota que esta questão dos abrigos é para nós fundamental e é verdade, o transporte público não é só o veículo e agradeço as palavras do Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira, porque também não vamos minimizar, lembrem-se um pouco do que eram os autocarros há menos de um ano e vejam o que é que são agora. Sim, a TML e todo o esforço que fizemos, é um sucesso e é uma luta que vale a pena travar. Eu não sou daquelas e acho sempre muito feio, daqueles que, mal há uma dificuldade a primeira coisa que pensam é saltar do barco. Peço desculpa, não. Estamos no barco, estamos solidariamente no barco com os nossos colegas e vamos levar esta grande revolução (pegando nas palavras do Senhor Deputado Municipal) a bom porto. Porque uma coisa temos a certeza, é para o bem dos nossos municípios.

Por fim, Senhor Município João Carvalho, relativamente aos trabalhadores da Transtejo, a Câmara Municipal tem todo o gosto em recebe-los quando eles pedirem para serem recebidos. Agora, nós não nos vamos impor numa luta que é deles, como deve imaginar.

Agora, os navios, houve atraso, penso que todos conhecem as circunstâncias que estamos a viver, as notícias que eu tenho, é que os dois primeiros que não virão para Almada, acho que vão para o Seixal e para o Montijo, penso eu, são 4 ao todo, mas esses estarão a chegar agora, houve problemas de peças.

Relativamente a Vale Flores, está no nosso programa eleitoral, aí não há dúvidas.

O MST, já ninguém se lembra do barulho do MST, isto foram anos, porquê? Porque a Câmara Municipal não tinha rececionado as obras do MST. Demorou algum tempo, mas não foi assim tanto. Foi sentarmo-nos à mesa com o MST, fechamos as obras, eles fizeram as obras e o barulho do metro praticamente desapareceu. Estaremos a dizer que não nos interessamos pelo transporte público ou estarmos apostados em ser cada vez pior, é de facto ter memória muito curta.

Cacilhas certamente não será terceiro-mundista e eu conto consigo e conto com todos os Deputados Municipais, espero que breve, podermos ir inaugurar de facto, uma Praça de Cacilhas renovada, não tão renovada como eu gostaria inicialmente porque nós temos de facto um terminal de barcos a resolver e a melhorar, mas uma Praça de Cacilhas, com abrigos, com espaço verde, com uma praça grande e ampla e mais uma vez tudo isto não é para nós que o fazemos nem sequer para os Senhores/as Deputados/as, é para todos os almadenses que todos os dias partem dali para ir trabalhar, chegam, mas todos aqueles que também vivem intensamente Almada e que agora mais do que nunca também vão poder usufruir daquele pedaço extraordinário de rio.”

7.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dirigindo-me agora à Senhora Presidente, e começado por dizer, Senhora Presidente, que com todo o respeito se eu tivesse responsabilidades executivas e o meu Grupo Municipal apresentasse este documento eu cavaria um buraco e escondia-me. Porque isto que aconteceu aqui nesta Assembleia Municipal, foi desviar completamente a atenção do que interessa. Digo, sem qualquer problema, foi tomar as pessoas como parvas. Porque todos os problemas que nós relatamos aqui continuamente, basta ir à rua para ver que estes problemas são verídicos e o seu Grupo Municipal tem o descaramento de apresentar um documento destes? Eu realmente vivi aqui momentos que não esperava viver.



Senhora Presidente, ouvi também um Deputado do PS a dizer que nós temos que olhar para o bom (até o escrevi aqui, se calhar vou dormir com isto na mesa de cabeceira). Este é o grande problema deste executivo camarário, é que só olha para o bom, não olha para os problemas das pessoas e enquanto continuarem com esta postura, os problemas centrais do Município não vão ser resolvidos. Portanto, queria deixar aqui esta nota.

A Senhora Presidente também disse outra coisa que não corresponde à verdade, já que nos está sempre a acusar de faltar à verdade eu também vou responder à Senhora Presidente.

A Senhora Presidente disse que a TML é uma empresa pública, verdade, mas esqueceu-se de dizer que é uma empresa pública que concessiona o transporte ao privado. E, portanto, é uma meia verdade no mínimo o que a Senhora Presidente disse. Portanto, temos que ser rigorosos, temos que ser verdadeiros com o povo que estamos a representar.

E termino a dizendo o seguinte: o Bloco de Esquerda não aceita pelouros só porque sim, só para fazer número, não é natureza do meu partido e é precisamente por isso que estou no partido que estou e tenho orgulho que o meu partido não aja dessa maneira. Portanto, é algo que a Senhora Presidente infelizmente não pode dizer, é que o seu partido não tem essa natureza que o meu partido tem, o meu partido não se vende aos interesses partidários nem ao grande capital. O seu partido funciona de forma diferente.”

7.2.12 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

A minha intervenção tem a ver precisamente com a votação do documento que se seguirá seguramente a esta intervenção e com uma proposta de alteração ao ponto 1, da parte resolutive que a CDU gostaria de apresentar ao Partido Socialista. Designadamente com o seguinte conteúdo: “Recomendar ao Governo, que complementarmente à travessia rodoviária entre o Barreiro e Chelas, incluída no Plano Ferroviário Nacional, recentemente apresentado pelo Governo, analise a possibilidade...” e depois continua como está no documento apresentado pelo Partido Socialista.”

7.2.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para corrigir uma questão. A TML não concessiona, a TML contrata os privados que são prestadores de serviço Senhor Deputado Municipal Karim Quintino. Não é a mesma coisa, porque quem gere o serviço é a TML. Eu peço ao Bloco de Esquerda só para ser rigoroso, não é a mesma coisa. Uma coisa é concessionar, que era o que nós tínhamos antes, era concessionar um serviço e quem mandava no serviço eram os privados, hoje em dia os privados são prestadores de serviço. Quando o Senhor Deputado Municipal contrata um operário ou um trabalhador para lhe ir fazer um trabalho a sua casa, não está a concessionar a sua casa, está a contratar um serviço. É o exemplo mais fácil que eu encontrei. Portanto, não confundam as pessoas deliberadamente.

Eu não sei como é que funciona o Bloco de Esquerda, agora eu sei como é que o Partido Socialista funciona, é por convicção e pelo trabalho no terreno, todos os dias pelas pessoas.”

8 – O Grupo Municipal do PS, apresentou uma Recomendação sobre “Nova travessia do Tejo Algés-Trafaria” (anexo 5).

8.1 – Após verificação do quórum, passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS, tendo sido aprovada por maioria com 34 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes da Junta das Uniãos de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 11 do eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 voto contra da eleita do PAN; 3 abstenções do Grupo Municipal do BE.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.2 – O Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), António Pedro Maco (CDS-PP) e Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) anunciaram que apresentaria declarações de voto por escrito.

8.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN votou contra a recomendação “Nova Travessia do Tejo Algés-Trafaria” apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista porque não podemos por um lado combater as alterações climáticas, através da redução da utilização dos veículos automóveis e ao mesmo tempo propor uma nova travessia que traria inevitavelmente mais tráfego automóvel a Almada e a Lisboa. Para nós esta travessia só faz sentido se fosse exclusiva para transportes públicos, velocípedes e veículos de emergência.

O investimento deve ser feito na melhoria dos transportes públicos, ciclovias e acessibilidades e não na construção de mais vias para automóveis.”

8.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular está consciente da necessidade de um diálogo aprofundado e aglutinador acerca dos novos meios de mobilidade e de acessibilidades não só do concelho de Almada, mas também de toda a Grande Área Metropolitana de Lisboa.

O mesmo reconhece a pertinência da proposta agora apresentada pelo PS na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada para discussão sobre os transportes públicos, mobilidade e acessibilidades, mas não deixa de lembrar que o Governo do partido socialista muito pouco tem feito ao longo destes anos de mandatos desde 2015, para alterar os graves constrangimentos com que se deparam os almadenses em termos de acessos e congestionamento frequente do trânsito nas circulares e mesmo internas.

Também entende o CDS-Partido Popular que a câmara de Almada muito pouco tem feito para alterar a situação e resolver os graves problemas que dizem respeito à mobilidade e acessibilidade quer interna quer para fora do Concelho.

Em suma, é necessário uma ampla conjugação de esforços, mas, sobretudo, interesse por parte das entidades responsáveis, Governo e autarquias, para que em breve a grande área metropolitana de Lisboa, onde se inclui o concelho de Almada, possa englobar e beneficiar de novos e modernos modos de transportes, novas vias e acessos onde esteja também contemplada a desejada travessia Trafaria-Algés com a inclusão do metro ligeiro e corredores BUS, a fim de tornar uma mobilidade muito mais acessível, segura e descongestionada no concelho e na capital.”

8.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega, votou a favor da Proposta do Partido Socialista, por entender que a mesma vem ao encontro do sempre preconizado pelo Partido Chega, desde logo expresso no seu Programa Eleitoral. Entende o Grupo Municipal do Chega que embora esta Proposta tenha sido entregue fora do prazo estabelecido no Regulamento da Assembleia Municipal de Almada, pensa-se que por distração casual, esta Proposta merece o aval do Chega Almada, pois como se disse, e reitera, foi algo que sempre o Chega defendeu durante e após a sua Campanha Eleitoral.

Estamos em crer, e sempre o Chega o disse, a introdução de componentes rodoviários e de transporte coletivo nesta nova Travessia, permitirá, para além de um descongestionamento do trânsito na Ponte 25 de Abril, um afluxo de pessoas para estes meios de transporte, contribuindo para um melhor e mais concertado ambiente, para uma melhor qualidade de vida dos Utentes, fruto da fluidez dos transportes para os seus locais de trabalho e de regresso às suas habitações.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A concretização de tal projeto irá permitir uma maior e significativa mobilidade, conseguida seguramente através dos transportes públicos então disponibilizados.

Concretizar esta Obra de vital importância para a margem sul do Tejo é maximizar o potencial das vias de comunicação já concluídas, tirando partido do já existente, nomeadamente da A33, que por não existir tal Travessia, está subaproveitada, o que não é de todo atendível e justificável.

Este Grupo Municipal tem defendido esta posição nas Comissões Municipais, nos seus Discursos, nas suas Intervenções e nesta Assembleia Municipal, assim como junto de várias entidades, pelo que defenderá a concretização de tal Travessia no mais curto espaço de tempo.”

9 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H35, deu-se por concluída a reunião.

10 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Sousa Matos, Helena Azinheira, Tiago David Galveia e Joana Mortágua.

11 – Foi verificada a presença de cerca de 28 (vinte e oito) munícipes. A sessão foi transmitida em streaming.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

